AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 37 | Nº 05 | MAIO 2017 | R$ 15,00

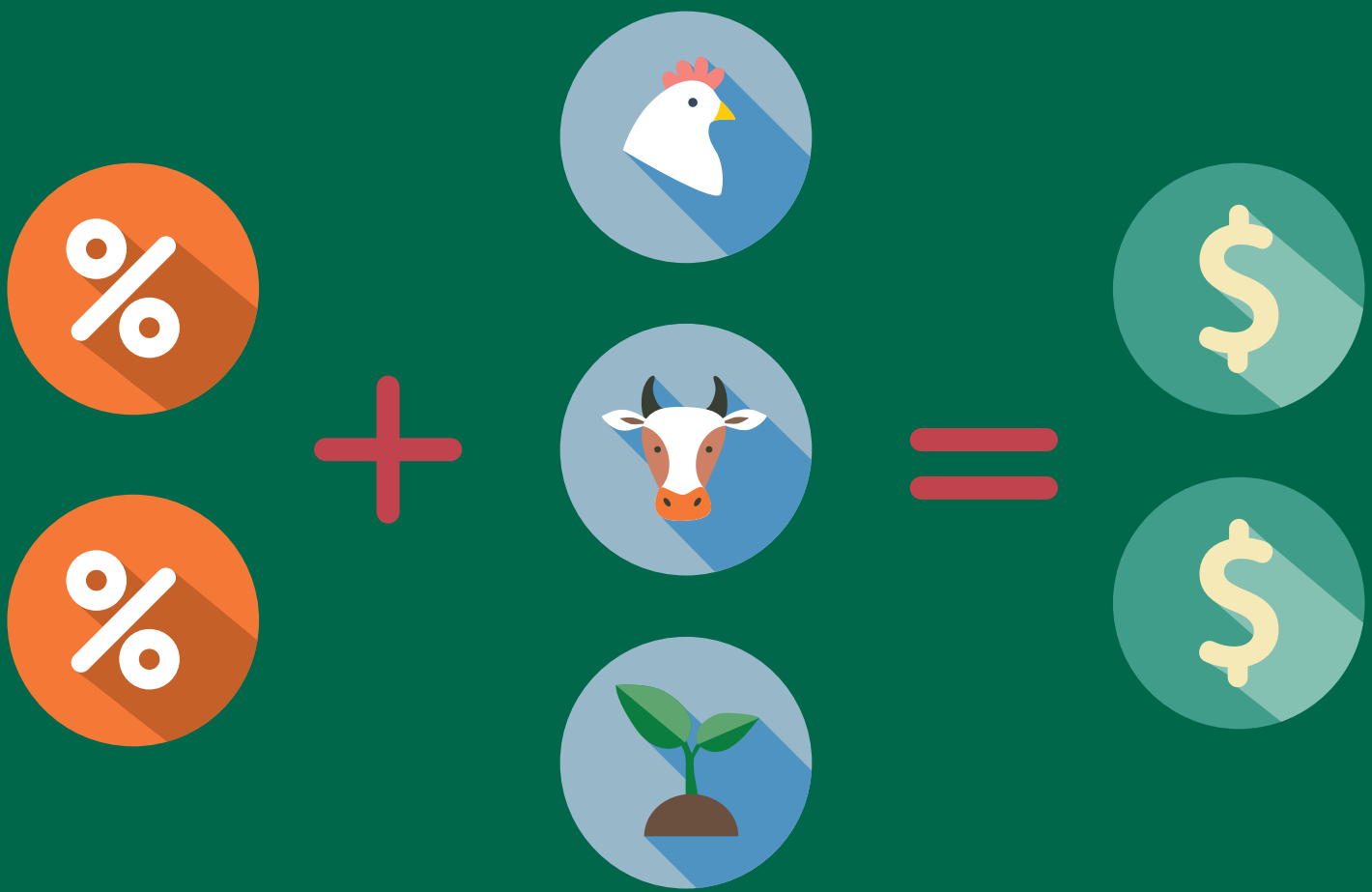
FGV EESP
ESCOLA DE ECONOMIA DE SÃO PAULO

ISSN 0100-4298

NOVO CRÉDITO RURAL

FAÇA AS CONTAS

A TJLP DEVE MUDAR



ESPECIAL PLANO ESTRATÉGICO PARA A CADEIA SUCROALCOOLEIRA

MILHO CENÁRIO AINDA PODE PIORAR

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Postal Code 62.591 - CEP 22257-970 | Tel.: (21) 2559 6000 | www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidente: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Aldo Floris, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto

CONSELHO CURADOR
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Antonio Alberto Gouvêa Vieira, Andrea Martini (Souza Cruz S/A), Eduardo M. Krieger, Estado do Rio Grande do Sul, Estado da Bahia, Luiz Chor, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Murilo Portugal Filho (Federação Brasileira de Bancos), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A), Orlando dos Santos Marques (Publicis Brasil Comunicação Ltda), Raul Calfat (Votorantim Participações S.A), Tarcísio Godoy (IRB-Brasil Resseguros S.A), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Sandoval Carneiro Junior, Willy Otto Jordan Neto

Suplentes: José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Luiz Ildefonso Simões Lopes (Brookfield Brasil Ltda), Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Clóvis Torres (VALE S.A.), Rui Barreto, Sergio Lins Andrade, Victório Carlos De Marchi

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-EAESP: Luiz Artur Ledur Brito

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas

Conselho Editorial: Cleber Guarany, Gustavo Diniz Junqueira, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Ricardo Simonsen, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor Executivo: Luiz Antonio Pinazza
Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felippe Cauê Serigati
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Capa: Luísa Pinheiro Ulhoa Tenório
Projeto Gráfico: Maria João Macedo [Atelier Lola]
Arte: Alexandre Monteiro
Revisor: Alexandre Sobreiro
Secretaria e Administração: Viviane de Carvalho
Coordenador da Produção Editorial: Evandro Faulin
Publicidade/Comercial/Assinatura: Viviane de Carvalho

Av. Paulista, 1.294, 15º andar,
Tel.: (11) 3799-4104 | Fax: (11) 3262-3569

contato@agroanalysis.com.br
www.fgv.br/agroanalysis

Acesse o site
www.fgv.br/agroanalysis
ou ligue
0800 770 88 81
e assine a publicação que melhor acompanha o agronegócio

O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

NOVAS REGRAS DO CRÉDITO AGRÍCOLA

APESAR DE os sinais da economia ainda não apontarem para uma mudança mais forte do quadro econômico – a geração de empregos está abaixo do esperado e as projeções do Produto Interno Bruto (PIB) estão abaixo de 0,5% –, a expectativa é de que o cenário se torne mais positivo a partir do último trimestre de 2017. A inflação do ano deverá ficar abaixo do centro da meta, e o dólar continua sob controle. O saldo das transações correntes acumuladas em doze meses, até abril, está no menor nível em muitos anos: US$ 20 bilhões negativo. Os investimentos diretos estrangeiros acumularam, no mesmo período, US$ 65 bilhões. Com as reservas externas acima de US$ 300 bilhões, o Brasil fortalece-se muito como um devedor externo de baixo risco. E isso vai ajudar em todos os sentidos.

Na última semana de abril, a reforma trabalhista foi aprovada na Câmara dos Deputados. Resta, agora, a reforma da previdência. A marcha é lenta, mas a direção continua positiva.

A recessão atual da economia brasileira está muito associada ao fim de um ciclo de expansão do crédito, com elevado grau de endividamento dos agentes privados (empresas e famílias). Em circunstâncias normais, o contraponto deste processo seria a expansão da demanda do setor público, com aumento temporário dos gastos do Governo. Mas, a redução de impostos para estimular o consumo das famílias, nesse contexto de déficit público, inviabiliza o uso desse instrumento. Sem muito a ser feito, o crucial para o futuro é o ajuste fiscal.

O crédito agrícola brasileiro pode sofrer uma importante mudança já no próximo Plano Safra: a taxa de juros a ser cobrada nos empréstimos tomados pelo produtor poderá ser uma fração da taxa Selic. Embora diversos aspectos dessa nova regra ainda não estejam claros, esta alteração pode trazer diversas vantagens para o sistema de crédito nacional (maior incentivo para o setor privado ofertar crédito agrícola) e a política fiscal (menores gastos com subsídios). Ao que tudo indica, o crédito poderá ficar mais caro para o agronegócio, mas não na próxima safra.

É muito importante que o produtor saiba fazer a conta da taxa de juros real (taxa de juros cobrada descontando a inflação) embutida em seu financiamento. A inflação de cada produtor depende especificamente de seus custos e do preço do seu produto. Por exemplo, se o juro real médio do mercado for 8%, mas o preço do produto vendido subir mais do que este valor, o produtor terá "juros negativos".

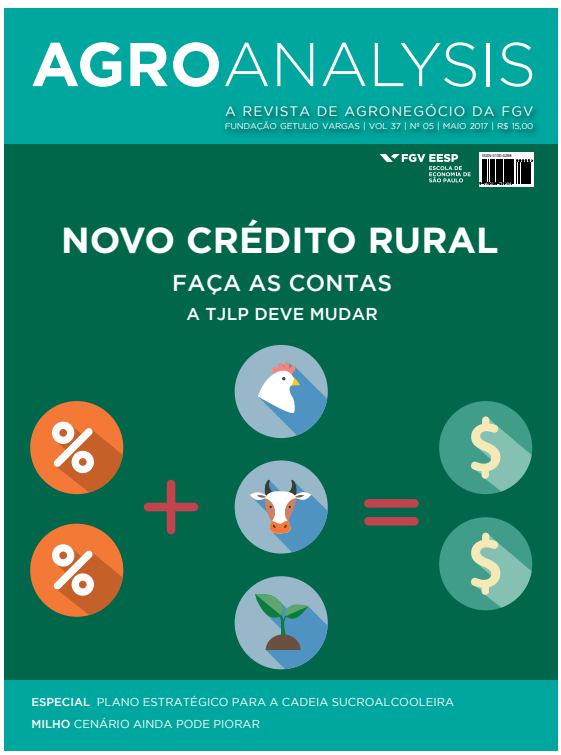
Na colheita recorde de grãos prevista para a safra 2016/17, que encerra no próximo mês, há uma grande contribuição do milho. Os preços cedem no mercado interno, enquanto os Estados Unidos, também com enorme colheita, disputam espaço para o seu cereal no comércio internacional. Novamente, os problemas aparecem no tocante à armazenagem e ao transporte da grande quantidade do grão. O baixo ritmo na comercialização de soja aponta para o agravamento da situação, devido à falta de armazéns para estocar o milho a ser colhido na segunda safra. A pressão

de venda poderá aumentar ainda mais, derrubando as cotações.

Na seção Abre Aspas, tem-se a entrevista com Horacio Caballero, coordenador do Grupo de Países Produtores do Sul (GPS), criado por entidades privadas de quatro nações sul-americanas – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. No conjunto, estes países são os principais exportadores líquidos de alimentos no âmbito mundial, com 32% do comércio. O desafio a ser superado pelo Grupo está relacionado ao alinhamento de seus interesses comuns, o que não é uma tarefa simples, por se tratar de uma região onde, durante décadas, predominaram rivalidades comerciais, falta de diálogo e fraca coordenação.

A presença da cadeia produtiva de cacauicultura nas páginas da ***Agroanalysis*** é sempre marcante, pois traz de volta à memória o seu papel histórico no ciclo das produções e das riquezas geradas pela agropecuária nacional. Entretanto, no final da década de 1980, a atividade foi afetada por uma grave crise estrutural e conjuntural com o aparecimento e a propagação da doença vassoura de bruxa. Frente às projeções de escassez da oferta de matéria-prima para a produção de chocolate, entidades públicas e privadas da cadeia produtiva mobilizam-se para recuperar e expandir o setor – uma verdadeira fase de renascimento.

No conteúdo especial deste mês, tem-se matérias que tratam da cadeia produtiva sucroalcooleira. O Acordo de Paris, celebrado na 21ª Conferência das Partes (COP-21) da Organização das Nações Unidas, e a iniciativa do Ministério de Minas e Energia (MME) de estabelecer um sofisticado plano de descarbonização, unificado no programa conhecido como RenovaBio, abrem boas perspectivas para o setor. É importante a construção de um planejamento estratégico para avaliar as oportunidades que se desenham no horizonte. Não se pode perder tempo e desperdiçar mais uma chance de avanço no campo energético. ■



04 EDITORIAL

07 ABRE ASPAS

07 ENTREVISTA
HORACIO SÁNCHEZ CABALLERO
FORMAÇÃO DO GRUPO DE PAÍSES DO CONE SUL

11 FRASES & COMENTÁRIOS

12 MACROECONOMIA
PROCESSO DE AJUSTE

14 AGRODROPS

18 MERCADO & NEGÓCIOS

18 CAPA NOVA REGRA PARA O CRÉDITO AGRÍCOLA
ATENÇÃO: FAÇA AS CONTAS!

22 CAPA MILHO
CENÁRIO DE EXCESSO DE PRODUÇÃO E QUEDA DA DEMANDA!

24 SETOR SUCROALCOOLEIRO
O DESAFIO DE DESTRAVAR O INVESTIMENTO PRIVADO

26 CONTEÚDO ESPECIAL

26 CAPA UNICA
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

33 CAPA ORPLANA
REVISÃO CONSECANA 2016

37 CADEIA PRODUTIVA DO CACAU
RENASCIMENTO DA CACAUICULTURA

43 B3
FINANCIAMENTO DO AGRONEGÓCIO

44 FAESP
REFORMAS NECESSÁRIAS AO PAÍS

45 ANDEF
SANIDADE VEGETAL E O VAZIO SANITÁRIO

46 COLUNAS

46 DIÁRIO DE BORDO
OUTRO PAPEL GLOBAL

47 PRODUZIR
FUNRURAL: ESCLARECIMENTOS SOBRE O JULGAMENTO DO STF

48 OPINIÃO
CANA: AÇÚCAR, ETANOL, ENERGIA E RENDA

49 REFLEXÃO
O BRASIL E OS LIMITES GLOBAIS DOS RECURSOS NATURAIS

50 ESTATÍSTICA

FORMAÇÃO DO GRUPO DE PAÍSES DO CONE SUL

HORACIO SÁNCHEZ CABALLERO

COORDENADOR DO GRUPO DE PAÍSES PRODUTORES DO SUL (GPS)

DA REDAÇÃO

Com Licenciatura em Psicologia, tendo se graduado na Universidad del Salvador, Horacio Sánchez Caballero cursou, ainda, Direção Geral e Direção Comercial na Universidade Católica da Argentina. De 1977 a 1996, foi diretor da empresa argentina ASTRA, até sua venda à Companhia Repsol. Atualmente, participa como membro e conselheiro do Conselho Argentino de Relações Internacionais (CARI) e se dedica a agronegócios e negócios imobiliários. É coordenador do Grupo de Países Produtores do Sul (GPS) e membro das Bolsas de Cereais e de Comércio de Buenos Aires.

Em 2012, entidades privadas de quatro nações – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – criaram o projeto GPS. Trata-se de um conjunto de especialistas e empresários comprometidos em contribuir com a construção de um polo sul-americano capaz de responder às novas demandas alimentícias. Tudo de forma sustentável, com geração de riqueza, emprego e capital social na região.



AGROANALYSIS: QUAIS FORAM AS RAÍZES DA FORMAÇÃO DO GPS?

HORACIO SÁNCHEZ CABALLERO: Desde meados da década passada, o mundo assiste a um incremento nos preços dos alimentos que não se via há muito tempo. O crescimento populacional, as melhorias na qualidade de vida dos países em desenvolvimento e a mudança climática geraram uma interrogação: o mundo pode gerar alimentos para todos os seus habitantes com preços razoáveis e sem esgotar seus recursos naturais? E, se assim for, qual é o papel dos países sul-americanos neste desafio?

> “CADA PAÍS APOSTA NA REGIÃO COMO GRANDE EXPORTADOR DE ALIMENTOS.”

A América do Sul possui um papel crucial para abastecer a crescente demanda mundial de alimentos. Mas, o potencial produtivo da região deverá superar vários desafios para frutificar. A existência, hoje, de 7 bilhões de habitantes para alimentar representa um verdadeiro desafio para a segurança alimentar. E este número irá aumentar. Desnutrição, conflitos internos e externos, práticas produtivas antiecológicas e um uso irracional dos recursos naturais são algumas das potenciais consequências.

QUANDO COMEÇOU A MOBILIZAÇÃO DE FATO?

HSC: Após dois anos de gestação e construção de consenso, o GPS elaborou o seu primeiro trabalho, em 2013: “Segurança alimentar global e recursos naturais agrícolas: papel e visão da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai”. Pensamos a produção de um documento que fosse o ponto de partida para trabalhar em conjunto sobre temas prioritários não só para a região, mas para o mundo inteiro.

Partimos de duas premissas. A primeira era de que o trabalho em conjunto daria aos quatro países envolvidos, do ponto de vista geopolítico, um maior poder de negociação, em vez do esforço isolado. Já a segunda era de que, sem dúvida, haveria melhores perspectivas de consolidação da região se compartilhássemos um plano comum de desenvolvimento do setor alimentício em seu conjunto.

NA SUA CRIAÇÃO, PELO TRATADO DE ASSUNÇÃO, EM 1991, O MERCADO COMUM DO SUL (MERCOSUL) ERA VISTO COMO UMA ALIANÇA DE IGUAIS?

HSC: Temos de considerar que, hoje, vivemos outro momento. A América Latina possui uma importante quantidade de terra cultivável para se incorporar à agropecuária, além de ter alta disponibilidade de água doce por pessoa. A produção agrícola *per capita* na região cresceu 80% a mais do que a média mundial durante a primeira década deste século, três vezes e meia acima do que a soma dos Estados Unidos e do Canadá. Supera muitos países europeus e outros jogadores de peso, como Austrália e Nova Zelândia.

O conjunto de países do MERCOSUL original – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – é o principal exportador comercial líquido de alimentos no âmbito mundial, com 32%. E isso não se deve apenas aos seus recursos naturais, mas também às suas capacidades de produção, gerenciamento e adoção de tecnologia. Trata-se de uma união complementar. Cada país aposta na região como grande exportador de alimentos.

EXISTEM PONTOS A SEREM ACERTADOS?

HSC: Precisamos trabalhar com uma visão estratégica clara de que estaremos prontos quando tivermos uma melhor definição consensual em termos de regras comerciais, sanidade, infraestrutura e comércio interno regional. Vivemos um momento oportuno para avaliar essas questões, principalmente pela fase atual de maior alinhamento existente entre Argentina e Brasil no que se refere a políticas de abertura de mercado e de capitais externos.

Outro aspecto são as oportunidades para a região firmar-se como plataforma supridora de alimentos global. Parte dos países desenvolvidos toma o rumo de políticas de fechamento e proteção dos seus mercados. Temos dois grandes exemplos recentes: o decreto do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, para sair do Acordo

de Associação Transpacífico (TPP, na sigla em inglês); e a aprovação do plebiscito realizado na Inglaterra para o país desligar-se da União Europeia (o Brexit).

POR QUE A LIDERANÇA DEVE DAR-SE PELA INCIATIVA PRIVADA?

HSC: Precisamos reconhecer desde já a diferença básica existente entre estas duas figuras institucionais: ao governo cumpre o papel de discutir, analisar e fixar as condições adequadas do jogo; e à iniciativa privada cabe fundamentalmente gerar riqueza, criar trabalho e promover bem-estar para a sociedade.

Para esse mecanismo funcionar de forma correta, o Estado deve entender a proposta do setor privado e mirar o longo prazo e o setor privado deve colaborar com o Governo para que a legislação seja justa e aplicada com rigor. Nada correrá bem se a situação estiver incerta dos pontos de vista político, econômico e social. Outro lado a se desenvolver são os laços internacionais com o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO).

O GPS VAI ALÉM DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS?

HSC: Com conhecimento e aplicação de tecnologia, os produtores transformaram os recursos naturais em bens necessários para o desenvolvimento humano. Na primeira fase, a Biotecnologia focou em melhorar as produtividades dos cultivos. A seguinte onda melhorou a composição nutritiva dos alimentos, e os medicamentos biológicos demonstraram eficácia frente a doenças como o câncer e a artrite.

Os biocombustíveis já são uma realidade para o desenvolvimento econômico regional no fornecimento de energia, junto com a contribuição das matérias-primas renováveis de uso industrial (químicos, polímeros etc.), para gerar um planeta mais sustentável num sentido amplo.

COMO OLHAR O PAPEL DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC)?

HSC: Quando terminou a Segunda Grande Guerra, os países vencedores criaram uma série de instituições para promover o desenvolvimento econômico e social. Neste bojo, surgiu o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), a atual OMC. O resultado foi positivo, e o comércio mundial cresceu. Ao mesmo tempo, países como os Tigres Asiáticos e a China despontaram como potências econômicas. Devemos, então, olhar para o papel da OMC, nesse novo ordenamento das relações comerciais, pela sua capacidade de defender pautas globais.

EXISTEM DESAFIOS INTERNOS?

HSC: Precisaremos desenvolver o capital humano. A integração e a projeção internacional dos países do MERCOSUL envolvem três aspectos. O primeiro é a articulação entre as instituições para se posicionar em assuntos relacionados à agroindústria com uma visão estratégica do mundo e da região. O segundo relaciona-se à geração de conteúdos com fornecimento de informação e análise em temas de interesse para um diálogo público-privado em cada um dos países participantes e entre si. O terceiro é

> “...À INICIATIVA PRIVADA CABE FUNDAMENTALMENTE GERAR RIQUEZA, CRIAR TRABALHO E PROMOVER BEM-ESTAR PARA A SOCIEDADE.”

a divulgação das informações e das ideias por meio da promoção, da organização e da participação nos foros nacionais, regionais e internacionais, de modo a contribuir com o posicionamento dos quatro países da região.

QUAIS SÃO OS PRÓXIMOS PASSOS?

HSC: O GPS não busca colaborar com a panaceia para o desenvolvimento regional. Diz um provérbio chinês: "um caminho de mil milhas começa sempre com um pequeno passo". Dar este primeiro passo, rumo a uma meta que talvez as gerações futuras atinjam, é uma das motivações dessa iniciativa. E deve-se aprender a caminhar em conjunto – uma tarefa que não é simples em uma região onde, durante décadas, predominaram rivalidades comerciais, falta de diálogo e fraca coordenação. Porém, devemos trabalhar já para que possamos ocupar o lugar correspondente aos nossos países no que refere a segurança alimentar mundial; e demorar seria muito negativo.

Temos, ainda, dois eventos a serem realizados em Buenos Aires, na Argentina. No final deste ano, teremos a concretização da Conferência Ministerial da OMC e, em meados de 2018, a Reunião do G-20. Estes encontros geram oportunidades para os países-membros do MERCOSUL apresentarem propostas. Estamos trabalhando juntos para agregar nesse sentido. Estamos com uma pedra brilhante em nossa mão, mas que precisa ser polida. ■

> "ESTAMOS COM UMA PEDRA BRILHANTE EM NOSSA MÃO, MAS QUE PRECISA SER POLIDA."



FRASES & COMENTÁRIOS

"As dificuldades de custo de produção e logística consomem a renda do produtor rural. Está na agenda expandir o seguro rural na safra 2017/18. É difícil colocar R$ 1,5 bilhão de uma hora para outra. É necessário, mas precisa ser feito de forma gradual."

WILSON VAZ DE ARAÚJO, diretor do Departamento de Crédito e Estudos Econômicos, pertencente à Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DCEE/SPA/MAPA)

"Cerca de 67% das propriedades agrícolas do País usam algum tipo de tecnologia, seja na área de gestão dos negócios ou nas atividades de cultivo e colheita da produção."

FABRÍCIO JUNTOLLI, coordenador da Secretaria Executiva da Comissão Brasileira de Agricultura de Precisão (CBAP) do MAPA

"O Censo Agropecuário 2017 está previsto para começar em outubro. Chegaremos aos mais de 5 milhões de estabelecimentos rurais, com maior nível de precisão nas respostas e menor custo. O Censo nasceu de uma restrição orçamentária, mas foi repaginado e ganhou em qualidade e simplicidade operacional."

PAULO RABELLO DE CASTRO, presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

"As suspeitas de casos de consumo de carne bovina com o 'mal da vaca louca' são infundadas. Acompanhamos de perto as questões de sanidade, bem-estar animal e segurança alimentar. Esta doença, na sua forma patogênica, nunca chegou ao Brasil ou a outros países da América Latina."

SEBASTIÃO GUEDES, presidente em exercício do Conselho Nacional da Pecuária de Corte (CNPC)

"Em 2010, a China recebia 17% da celulose produzida no Brasil. Hoje, a taxa é de 40%. Metade do mercado chinês é atendida pela produção nacional, seu maior fornecedor internacional."

ELIZABETH DE CARVALHAES, presidente executiva da Indústria Brasileira de Árvores (Ibá)

"A manutenção do *status* de zona livre de febre aftosa sem vacinação exige o incremento de barreiras primárias para evitar os riscos externos de introdução da doença. Entre estes riscos, tem-se o bioterrorismo, que não pode ser desconsiderado nos países da América do Sul, tendo em vista o patrimônio pecuário da região e seu papel fundamental no fornecimento de alimentos para o mundo."

GUILHERME MARQUES, recém-empossado presidente da Comissão Sul-Americana para a Luta contra a Febre Aftosa (Cosalfa)



O Plano Agrícola e Pecuário (PAP) da safra 2017/18 deverá ser lançado no final deste mês. Agregaremos novas culturas, fortaleceremos a agricultura de precisão e retomaremos o programa de armazenagem, um dos principais problemas enfrentados pelos produtores."

NERI GELLER, secretário da SPA/MAPA

"A aprovação da lei representa a primeira regulamentação da legislação trabalhista sob o ponto de vista da realidade da agricultura, dando mais segurança jurídica tanto para trabalhadores, como para empregadores."

MARLENE LIMA, assessora de Política Socioambiental da Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja), sobre a Lei da Terceirização, que foi sancionada pelo presidente da República, Michel Temer, no último dia 31 de março

PROCESSO DE AJUSTE

ROGÉRIO MORI
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP)

O AMBIENTE econômico brasileiro atual, diferentemente do que foi imaginado por vários analistas alguns meses atrás, mostra-se permeado de fortes dúvidas em múltiplas dimensões.

Nesse sentido, era esperado que a recuperação da atividade econômica brasileira fosse mais visível neste momento. As projeções apontavam para um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro acima de 1,0% em 2017 relativamente ao verificado no ano passado. Ao mesmo tempo, imaginava-se que o pior em termos de desemprego já tivesse ficado para trás. A realidade dos fatos, no entanto, mostra-se extremamente diferente da apontada há algum tempo. A economia brasileira segue patinando, sem sinais concretos de uma retomada mais robusta da atividade econômica.

Enquanto isso, o desemprego segue elevado, e sua queda nos próximos meses deve ocorrer muito mais por efeitos sazonais do que por uma recuperação concreta. Em função disso, as projeções de crescimento do PIB brasileiro têm sido recorrentemente revistas para baixo ao longo dos últimos meses e já se situam em um patamar inferior a 0,5%. O otimismo verificado após a finalização do processo de *impeachment* rapidamente se esvaiu ante a realidade dos fatos de que a economia brasileira segue estagnada.

A frustração com o desempenho da economia brasileira decorre do fato de que, diferentemente das desacelerações da atividade ocorridas anteriormente no nosso País, a situação atual exibe contornos significativamente distintos. Sob essa perspectiva, a recessão atual está mais associada ao fim de um ciclo de expansão do crédito, relacionado a um elevado grau de endividamento dos agentes privados (empresas e famílias). Esse fenômeno tem conjugado um processo de ajuste no balanço das famílias (e das empresas) no sentido de reduzir o seu grau relativo de endividamento. A consequência direta desse processo é associada à retração no consumo das famílias e à queda dos investimentos produtivos no País. Em outras palavras, a demanda do setor privado segue estagnada como decorrência direta do processo de ajuste em curso.

Em circunstâncias normais, quando um governo se defronta com um quadro de retração acentuada da demanda do setor privado, o contraponto a esse processo é feito por meio da expansão da demanda do setor público, com o aumento temporário dos gastos deste governo. Alternativamente, o governo poderia reduzir impostos como uma forma de estimular o consumo das famílias. No entanto, a gravidade do quadro fiscal brasileiro, em um contexto de déficit público elevado e de uma dinâmica de aumento acentuado da dívida pública, inviabiliza o uso desse instrumento, limitando a ação do Governo para inverter o sentido de retração da demanda agregada e abreviar o ciclo recessivo atual. A liberação dos saques do Fundo de Gatantia do Tempo de Serviço (FGTS) representou uma medida não convencional no sentido de tentar estimular a demanda, procurando abreviar o processo de ajuste em curso no balanço das famílias.

Uma alternativa a esse processo seria promover a redução da taxa de juros brasileira. De fato, isso tem acontecido de forma sistemática nas últimas reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central. As quedas observadas têm sido possíveis graças à queda da inflação, que tem surpreendido positivamente ao longo dos últimos meses. É bem possível que, na presença de novas surpresas positivas no campo da inflação, a taxa

de juros caia de forma mais acentuada, o que se mostra positivo no contexto econômico atual.

No entanto, o alcance da redução da taxa de juros em torno de estímulos à demanda agregada pode ser relativamente limitado na presença do elevado endividamento dos agentes privados. Isso decorre do fato de que, apesar da melhoria das condições de crédito que ocorre em função da queda dos juros, o elevado endividamento das famílias e das empresas limita o potencial de novas dívidas e, consequentemente, da ampliação do consumo e do investimento.

Em outras palavras, não há muito o que possa ser feito na economia brasileira neste momento além do processo de ajuste em curso, sendo que o crucial para o futuro é o ajuste fiscal. ■

SHUTTERSTOCK



AGRODROPS

CORRESPONDÊNCIAS PARA ESTA SEÇÃO DEVEM SER ENVIADAS
PARA O E-MAIL AGRODROPS@AGROANALYSIS.COM.BR

PRIORIDADE NO REGISTRO DE DEFENSIVOS

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) definiu os produtos com prioridade nas análises de registros em 2017. A lista foi apresentada na 2ª Reunião Ordinária do Comitê Técnico de Assessoramento (CTA) da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), com a presença do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Estes três órgãos são os responsáveis pela liberação de defensivos no Brasil.

Foram priorizados 53 produtos de diversos fabricantes. As primeiras posições foram dedicadas aos agroquímicos no controle de mosca branca, bicudo, capim-amargoso, buva, mofo branco, ferrugem asiática e *Helicoverpa armigera*.

ACORDO BILATERAL ENTRE BRASIL E RÚSSIA

Os governos do Brasil e da Rússia trabalham para dobrar o comércio corrente no agronegócio entre os dois países de US$ 5 bilhões para US$ 10 bilhões em cinco anos. Os brasileiros mostram interesse em ampliar o mercado de lácteos e de carnes bovina, suína e de frango, enquanto os russos manifestam a intenção de exportar pescados, principalmente bacalhau. Técnicos dos dois países discutem a concessão da *prelisting* – a relação dos estabelecimentos exportadores entregue ao país importador – e tratam de investimentos, cooperação científica e tecnológica e participação em feiras e congressos para promoção dos produtos.

AUMENTO NA MISTURA DE BIODIESEL

A proposta para a antecipação do aumento na mistura obrigatória de 9% de biodiesel no diesel comercializado no Brasil – o chamado B9 – para julho próximo, e do B10 para março de 2018, deve ser levada ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). Esta medida está prevista na Lei nº 13.263/16. A ociosidade média no setor é da ordem de 50%. Cerca de quinze unidades de produção estão paralisadas. Essa demanda vem da Frente Parlamentar Mista do Biodiesel (FrenteBio), da União Brasileira do Biodiesel e Bioquerosene (Ubrabio), da Associação dos Produtores de Biodiesel do Brasil (APROBIO) e da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE).

SHUTTERSTOCK



iLPF EM NÚMEROS

A integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF) é uma estratégia de produção agropecuária que integra diferentes sistemas produtivos, agrícolas, pecuários e florestais dentro da mesma área. A meta estipulada pelo Plano de Agricultura de Baixo Carbono (ABC) era de aumentar em 4,00 milhões de hectares a área com iLPF em todo o País até 2020. Mas, nos últimos cinco anos, o incremento já foi de 5,96 milhões. No Acordo de Paris, sobre mudança do clima, o Governo adicionou mais 5,00 milhões de hectares com sistemas iLPF, totalizando 9,00 milhões até 2030.

Para mais informações, acesse: **www.ilpf.com.br**

EVOLUÇÃO DA iLPF

ANO	Área (milhões de hectares)
2005	1,87
2006	2,60
2007	3,32
2008	4,05
2009	4,78
2010	5,51
2011	6,70
2012	7,89
2013	9,08
2014	10,30
2015	11,50

Fonte: Rede de Fomento ILPF

COBRANÇA DO FUNRURAL

No seu segundo julgamento, o Supremo Tribunal Federal (STF) aprovou a constitucionalidade da cobrança do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), com seis votos a favor e cinco contra. O cálculo envolve a cobrança de uma alíquota de 2,1% sobre a receita bruta da comercialização da produção agrícola devida pelo produtor rural pessoa física, segundo o artigo 25 de Lei nº 8.212/91. O tributo é usado para auxiliar o custeio da aposentadoria dos trabalhadores rurais.

DEFENSIVOS AGRÍCOLAS EM TÊNUE QUEDA

Com a desvalorização do real diante do dólar e a estreita disponibilidade de recursos de custeio para o crédito rural, a comercialização de defensivos agrícolas apresentou tênue redução em relação à temporada anterior. Com menores vendas, os inseticidas perderam a liderança para os fungicidas, que aumentaram. O prazo de recebimento dilatou de 222 dias para 327 dias entre 2014 e 2016. De acordo com Silvia Fagnani, diretora executiva do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (SINDIVEG), a receita do setor deverá fechar com baixa de 2% a 3% neste ano.

BRASIL: VENDA DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS
(US$ BILHÕES)

ANO	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Inseticidas	2,95	3,61	4,55	4,89	3,17	2,77
Herbicidas	2,74	3,14	3,74	3,90	3,09	3,06
Fungicidas	2,32	2,47	2,59	2,91	2,90	3,25
Acaricidas	0,11	0,10	0,12	0,12	0,10	0,10
Outros	0,38	0,40	0,45	0,43	0,35	0,38
TOTAL	**8,49**	**9,71**	**11,45**	**12,25**	**9,60**	**9,56**

Fonte: SINDIVEG

SHUTTERSTOCK



TAXAÇÃO NO ETANOL IMPORTADO

O ministro do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Blairo Maggi, recebeu um documento com mais 400 páginas, entregue por dezoito parlamentares (entre senadores e deputados federais), que pede a reativação da taxação de 20% na importação de etanol. A tarifa de importação foi zerada em dezembro de 2010, no primeiro governo Dilma. Esse pedido teve caráter de urgência, tendo em vista o grande aumento na importação de etanol no primeiro trimestre deste ano: 735 milhões de litros, o que corresponde a mais de 40% superior a igual período do ano passado. Esta quantidade compete e causa distorções no mercado nacional.

PICO DE BAIXA NA SAFRA DE LARANJA

A última Pesquisa de Estimativa de Safra (PES) de laranja da safra 2016/17, referente ao parque comercial citrícola de São Paulo e Minas Gerais, apontou uma produção 18,4% inferior à da safra anterior. É a menor colheita desde a safra 1988/89, de 214 milhões de caixas. A primeira PES da safra 2017/18, para o ano agrícola que vai de 1º julho a 30 de junho, deverá ser anunciada neste mês. Produtores e indústrias projetam uma recuperação sensível na colheita, diante da situação do pomar após as condições climáticas favoráveis.

PRODUÇÃO DE LARANJA
(MILHÕES DE CAIXAS DE 40,8 QUILOS)

SAFRA	Número de caixas
2010/11	268,3
2011/12	428,0
2012/13	385,4
2013/14	268,4
2014/15	289,9
2015/16	278,9
2016/17	245,3

Fonte: Fundecitrus; FEA-RP/USP; FCAV/Unesp

REFORMA NO REGIME AÇUCAREIRO DA EUROPA

A cana produzida em países como Jamaica, Fiji e Suazilândia será afetada com a decisão da União Europeia (UE) de remover limites sobre a produção própria de açúcar de beterraba a partir de outubro. Sem os benefícios do acesso livre de impostos e cotas para 1,6 milhão de toneladas de açúcar bruto, próximo da metade das importações feitas pelo bloco, essas nações não possuem competitividade em produtividade e custo.

Esse acordo comercial com as nações produtoras de açúcar da África, do Caribe e do Pacífico remonta ao nascimento da Comunidade Econômica Europeia (CEE) – germe da UE –, em 1957.

LOGÍSTICA SEM A BR-163

A capacidade de exportação do distrito de Miritituba, no município de Itaituba, localizado no estado do Pará – com seis terminais privados, construídos a R$ 1,5 bilhão cada um –, é de 16 milhões de toneladas, o correspondente a 30% das exportações brasileiras. De lá, a soja é escoada via barcaças pelo rio Tapajós até Santarém-PA, de onde segue de navio para outros países. Mas, falta asfaltar 189 quilômetros na rota do Mato Grosso ao Pará (BR-163), a metade deles até Miritituba. O custo da obra é de R$ 2 bilhões. A alternativa é levar a produção até os Portos de Paranaguá (PR) e Santos (SP), encarecendo em 40% a 50% o transporte da carga, que vai para R$ 300 a tonelada. O asfaltamento começou por volta de 2002.

amaggi.com.br



PROPOSTAS PARA O AGRONEGÓCIO

O Grupo de Trabalho (GT) do Agronegócio, que faz parte do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) – conhecido como "o Conselhão" –, entregou ao presidente Michel Temer as propostas para o setor. Os conselheiros definiram quinze propostas, divididas em cinco temas: agronegócio; ambiente de negócios; educação básica; desburocratização e modernização do Estado; e produtividade e competitividade.

Fundamental para a competitividade das produções agropecuária e florestal, foi apontada a necessidade de se estabelecer a plurianualidade para o Plano Safra, de modo a dar uma visão de médio prazo para o setor. Na ampliação do acesso a mercados externos, estimulou-se a celebração de acordos comerciais, com a promoção da sustentabilidade da produção e de mecanismos de agregação de valor. Para completar, defenderam-se ações que destravem os investimentos na adequação da infraestrutura logística, com segurança jurídica e parcerias público-privadas.

NOVA REGRA PARA O CRÉDITO AGRÍCOLA

ATENÇÃO: FAÇA AS CONTAS!

FELIPPE SERIGATI
Doutor em Economia pela Escola de Economia de São Paulo (FGV-EESP), professor e pesquisador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro) – felippe.serigati@fgv.br

RAQUEL MAGOSSI RODRIGUES
Mestre em Economia Agrícola pela FGV-EESP e pesquisadora do GV Agro – raquel.rodrigues@fgv.br

ROBERTA POSSAMAI
Mestre em Economia Agrícola pela FGV-EESP e pesquisadora do GV Agro – roberta.possamai@gvmail.br

KELLEN SEVERO
Jornalista pós-graduada em Economia pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas na Universidade de São Paulo (Fipe/USP), apresentadora e editora-chefe do jornalístico Mercado&Cia, no Canal Rural – severokellen@gmail.com

O CRÉDITO agrícola brasileiro pode sofrer uma importante mudança já no próximo Plano Safra: a taxa de juros do crédito oficial pode passar a ser atrelada à taxa Selic (a taxa de juros básica da economia brasileira), isto é, a taxa de juros a ser cobrada nesses empréstimos poderá ser uma fração da famosa taxa Selic. Embora diversos aspectos dessa nova regra ainda não estejam claros – na realidade, no momento em que este artigo é escrito, sequer essa decisão foi confirmada –, essa alteração pode trazer diversas vantagens para o sistema de crédito nacional (maior incentivo para o setor privado ofertar crédito agrícola) e a política fiscal (menores gastos com subsídios). Porém, ao que tudo indica, haverá pelo menos uma importante desvantagem: o crédito poderá ficar mais caro para o agronegócio – mas não na próxima safra.

QUAIS MUDANÇAS ESTÃO SENDO DISCUTIDAS?

Embora ainda não haja definições, desde março tem sido discutida uma nova regra de fixação da taxa de juros para o crédito agrícola. Há anos, a taxa de juros para o crédito agrícola é definida de acordo com (i) o volume de recursos disponíveis no Tesouro Nacional e (ii) a necessidade de financiamento do universo agro, mediada por negociações políticas entre, de um lado, o Ministério da Agricultura e as entidades que representam o setor e, de outro, a equipe da área econômica.

De acordo com as discussões já realizadas, esse modelo poderá mudar já no próximo Plano Safra (2017/2018). Na proposta, a taxa de juros para o crédito agrícola passaria a ser definida como uma fração da taxa Selic. Nada está definido, mas cogita-se que a taxa do crédito oficial para o setor passe a ser estabelecida como 85% da taxa Selic. Isso significa que, se a taxa Selic estiver em 10,25% a.a. em junho deste ano – conforme as projeções da pesquisa Focus do Banco Central (BACEN) –, a taxa de juros para o crédito agrícola seria de 8,7% a.a. Ou seja, a partir dessa regra, a taxa de juros no início do Plano Safra 2017/2018 ficaria abaixo daquela praticada (9,5% a.a.) no Plano Safra 2016/2017.

Por fim, a despeito de as informações oficiais sobre essa nova regra ainda serem muito escassas no momento em que este artigo é escrito, parece que o percentual da taxa Selic a ser aplicado nas diversas linhas de financiamento de crédito agrícola não deverá ser o mesmo; este percentual pode variar de acordo com a região e o perfil do tomador do crédito. Assumindo como regra a taxa de juros do crédito agrícola como 85% da taxa Selic, outras linhas de crédito para o setor poderão trabalhar com percentuais distintos da taxa básica de juros:

por exemplo, 55% para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e 70% para o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp).

COMO PODERÁ FICAR O CRÉDITO PARA O PRODUTOR NA NOVA REGRA?

Atualmente, a taxa de juros para as linhas oficiais de crédito agrícola é fixa, definida junto com o anúncio do Plano Safra. Como a taxa Selic varia ao longo do ano de acordo com as decisões do Comitê de Política Monetária (Copom) do BACEN, a nova regra poderá fazer com que a taxa de juros a ser cobrada no crédito oficial também varie. Em outras palavras, com a nova regra, o produtor pode não saber qual será o custo do seu crédito logo no início da safra, vindo a saber apenas no final do contrato de empréstimo.

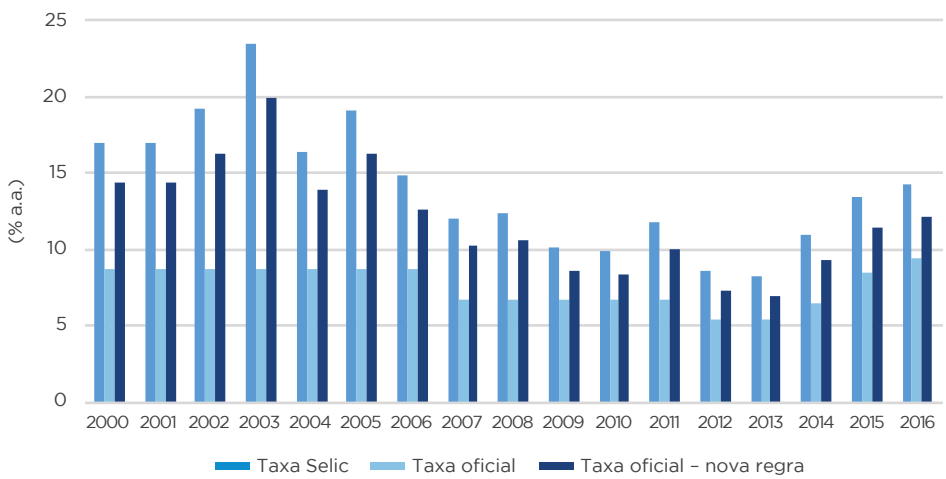
Além de não saber o custo do crédito logo no início da safra, provavelmente esses empréstimos ficarão mais caros. Embora essa regra possa gerar uma taxa de juros nominal para o próximo Plano Safra mais barata (8,7% a.a.) do que aquela observada no Plano 2016/2017 (9,5% a.a.), observando historicamente, fica claro que, caso a regra tivesse sido adotada desde 2000, o crédito agrícola teria ficado mais caro ao longo de todo o período. Em outras palavras, a nova regra poderá fazer com que a taxa oficial para o crédito agrícola (mais barata) fique mais próxima da taxa básica de juros da economia (mais cara). Se, por um lado, isso significa menor volume de subsídios ao setor, por outro, implica um crédito mais caro, principalmente em juros reais.

Não é apenas a distância entre as taxas (ou a dimensão do subsídio) que ficará menor. A taxa de juros do crédito agrícola passará a acompanhar de forma mais próxima o comportamento das demais taxas de juros no mercado. Por exemplo, apesar de a última elevação da taxa Selic ter acontecido em julho de 2015 (saindo de 13,75% a.a. para 14,25% a.a.), em termos reais – isto é, já descontada a inflação (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA) acumulada no período –, a taxa Selic (real) tem aumentado desde o início de 2016. Por trás desse fenômeno aparentemente contraditório está o fato de a inflação ter contraído em uma intensidade maior do que a redução da taxa Selic.

HÁ CHANCES DE O CRÉDITO EM TERMOS REAIS FICAR MAIS BARATO PARA A PRÓXIMA SAFRA

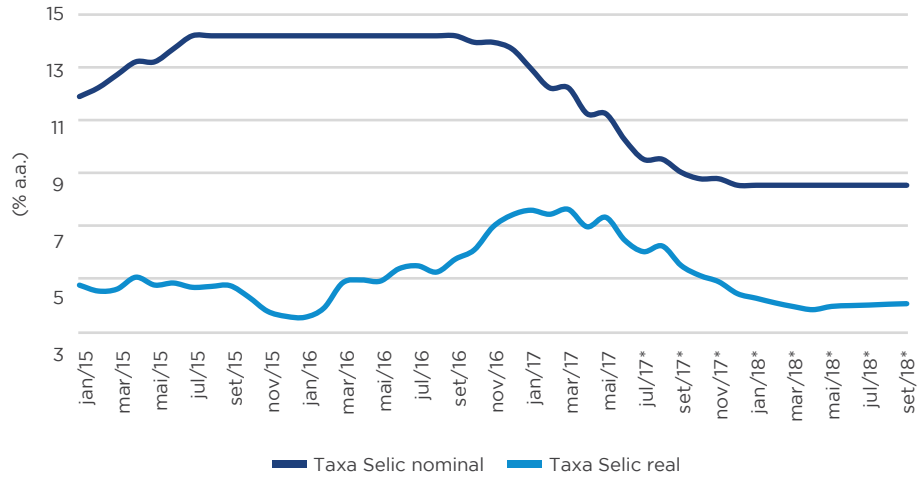
Devido a uma feliz coincidência, os mesmos fatores que levaram a um aumento, em termos reais, da taxa Selic desde o início de 2016 devem levar a uma redução desta mesma taxa ao longo da próxima safra. De acordo com as projeções da pesquisa

EVOLUÇÃO DA TAXA SELIC E DAS TAXAS DE JUROS OFICIAIS PARA O CRÉDITO AGRÍCOLA (REGRA ORIGINAL E NOVA REGRA) DE 2000 A 2016 (MESES DE JULHO)



Fonte: BACEN; MAPA

EVOLUÇÃO DA TAXA SELIC EM TERMOS NOMINAIS E REAIS (DEFLACIONADA PELO IPCA)



* Projeções da pesquisa Focus do BACEN
Fonte: BACEN; IBGE

Focus do BACEN, a taxa Selic deverá contrair mais rapidamente do que a inflação já no final do primeiro semestre deste ano. Logo, a nova regra poderá gerar um crédito mais barato para o setor na próxima safra.

Enquanto, ao longo da safra atual (de julho de 2016 a junho de 2017), os produtores, em média, fecharam o contrato de empréstimo a uma taxa de 9,5% a.a. e terão enfrentado uma inflação (IPCA) acumulada no período de 3,75% a.a.; para a próxima safra, é possível que a nova regra permita que os produtores contratem seus créditos a uma taxa de 8,70% a.a. (85% da taxa Selic projetada em 10,25% a.a. em junho de 2017), enfrentando uma inflação projetada de 4,51% a.a. Em outras palavras, enquanto, com a regra atual, a taxa de juros real praticada, provavelmente, será de 5,54% a.a. (9,50% / 3,75%); com a nova regra, a taxa de juros real projetada para o Plano Safra 2017/2018 poderá ser de 4,01% a.a. (8,70% / 4,51%).

O IPCA É A INFLAÇÃO MÉDIA DA ECONOMIA. A INFLAÇÃO DE CADA PRODUTOR DEPENDE ESPECIFICAMENTE DE SEUS CUSTOS E DO PREÇO DO SEU PRODUTO. É MUITO IMPORTANTE QUE O PRODUTOR SAIBA FAZER AS CONTAS. POR EXEMPLO, SE O JURO REAL FOR 8%, MAS O PREÇO DO PRODUTO VENDIDO SUBIR MAIS DO QUE ESTE VALOR, O PRODUTOR TERÁ "JUROS NEGATIVOS".

É importante ressaltar que essa taxa de juros real menor, se confirmada, terá sido resultado de uma feliz coincidência entre as projeções para a inflação e a taxa Selic ao longo da safra 2017/18. Não há qualquer motivo para imaginar que isso se repetirá nos próximos períodos; na realidade, conforme já discutido, o crédito deve ficar mais caro.

O parágrafo anterior sugere que os produtores poderão se defrontar com crédito mais barato, tanto em termos nominais, quanto em termos reais, na próxima safra. Felizmente, o cenário se mantém favorável mesmo se, em vez de descontarmos da taxa de juros do crédito agrícola a variação da inflação oficial da economia brasileira (IPCA), utilizarmos a variação da projeção dos preços a serem recebidos pelos produtores na próxima safra.

Naturalmente, são apenas projeções, e ainda há muita incerteza a respeito do que acontecerá ao longo da próxima safra, seja na conjuntura internacional, seja no contexto doméstico. Todavia, tomando por base as projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI) para os preços de algumas *commodities* agrícolas (trigo, milho, soja, açúcar e café) e as projeções da pesquisa Focus para a taxa de câmbio, os cenários de elevação do preço recebido pelos produtores são dominantes.

Por trás desses possíveis cenários favoráveis, novamente, há uma feliz coincidência: a reversão de

uma combinação entre contração das cotações das *commodities* agrícolas nos mercados internacionais e a queda da taxa de câmbio nos últimos doze meses. Enquanto o FMI tem projetado uma elevação das cotações de diversas *commodities* agrícolas para a próxima safra, as projeções da pesquisa Focus sugerem que o cenário de leve desvalorização do real é dominante. A combinação destes dois fatores pode levar a uma elevação dos preços dos produtos agrícolas internamente. Em outras palavras, os produtores poderão defrontar-se com um crédito mais barato, uma inflação controlada e preços operando em patamares mais elevados, o que leva a uma taxa de juros real mais barata, seja descontando pela inflação (IPCA), seja pela variação dos preços recebidos. ■

COMPARAÇÃO DA TAXA DE JUROS REAL DO CRÉDITO AGRÍCOLA ENTRE OS PLANOS SAFRA 2016/2017 E 2017/2018 COM A REGRA ATUAL E A NOVA REGRA

PLANO SAFRA	Taxa de juros oficial	Inflação acumulada ao longo da safra (IPCA)	Taxa de juros real
2016/2017	9,5%	3,75%	5,75%
2017/2018	8,7%	4,51%	4,19%

Fonte: BACEN; IBGE; MAPA

PROJEÇÕES PARA A VARIAÇÃO DOS PREÇOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES EM TRÊS CENÁRIOS PARA TAXA DE CÂMBIO

VARIAÇÕES ENTRE JULHO DE 2017 E JUNHO DE 2018						
CENÁRIO	Taxa de câmbio[1]	Trigo[2]	Milho[2]	Soja[2]	Açúcar[2]	Café Robusta[2]
Mínimo	0%	15,4%	8,6%	-1,1%	-2,6%	1,5%
Mediana	4,4%	21,3%	14,1%	4,0%	2,4%	6,7%
Máximo	8,4%	26,6%	19,2%	8,6%	6,9%	11,3%

1 Projeções da pesquisa Focus do BACEN
2 Combinação das projeções do FMI e do BACEN
Fonte: FMI; BACEN

MUDANÇAS NAS REGRAS DO BNDES TAMBÉM PODEM TORNAR MAIS CARAS ALGUMAS LINHAS VOLTADAS PARA O AGRONEGÓCIO

Assim como a atual equipe econômica tem discutido mudanças na regra de fixação da taxa de juros para o crédito agrícola, também têm sido realizadas alterações nas regras de precificação dos empréstimos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Enquanto, até este ano, a referência para essas linhas de financiamento é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) – atualmente fixada em 7,5% a.a. –; a partir de 2018, a referência passará a ser a Taxa de Longo Prazo (TLP). Esta será calculada com base na variação da inflação (IPCA) e na taxa de juros implícita paga por um título público chamado NTN-B. Inicialmente, além da variação do IPCA, a TLP será acrescida de 20% da taxa paga pela NTN-B – que, atualmente, está em 5,3% a.a. Porém, paulatinamente, haverá um aumento desta fração, até que, após cinco anos, a TLP receba 100% da taxa de juros implícita na NTN-B, além do IPCA.

Essa regra também poderá encarecer as linhas de financiamento do BNDES voltadas para o agronegócio. Por exemplo, atualmente, a taxa de juros do Programa de Modernização da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais (Moderagro) é de 9,5% (TJLP + 2,0%). Quando a nova regra for aplicada com 100% da NTN-B, o custo da mesma linha será a variação do IPCA (4,5%) + 100% da NTN-B (5,3%) + 2,0% da própria linha de crédito, totalizando 11,8%.

MILHO

CENÁRIO DE EXCESSO DE PRODUÇÃO E QUEDA DA DEMANDA!

RAFAEL RIBEIRO DE LIMA FILHO
Zootecnista da Scot Consultoria

ALEX SANTOS LOPES DA SILVA
Zootecnista da Scot Consultoria

GUSTAVO ADOLPHO MARANHÃO AGUIAR
Zootecnista da Scot Consultoria

A PREVISÃO de grande produção de milho no Brasil e nos Estado Unidos, somada a uma demanda mais fraca, já derrubou os preços do cereal no mercado nacional. Apesar dos fundamentos baixistas, ainda há incertezas que podem mexer com o mercado. Em especial, nos próximos meses o produtor deve estar atento ao desenvolvimento da segunda safra (safrinha), pois a comercialização de soja está lenta, o que pode reduzir a disponibilidade de armazém e, assim, aumentar ainda mais a disponibilidade de milho no mercado.



SHUTTERSTOCK

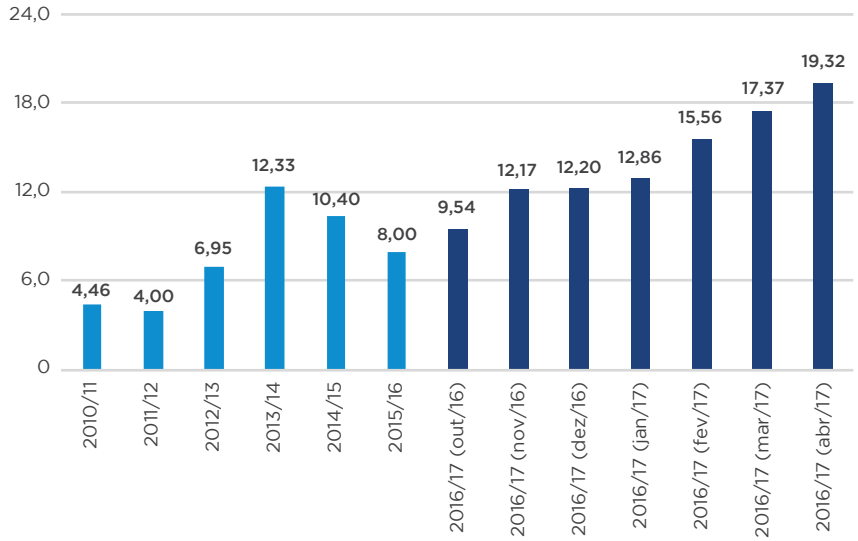
A maior disponibilidade de milho prevista para a safra 2016/17 pressiona para baixo as cotações no mercado brasileiro. No acúmulo de janeiro a abril, a saca de 60 quilos recuou 24,6% na região de Campinas, no estado de São Paulo. O preço médio ficou próximo de R$ 28,20. Na comparação com o mesmo período do ano passado, o cereal está custando 41,6% menos neste ano. E o quadro não deve melhorar.

O cenário atual mostra um balanço de oferta e demanda com radical diferença. Passamos de um quadro de escassez para um de excedente. O clima adverso, com longas estiagens no Brasil Central, prejudicou a produção nacional na safra 2015/16. Este fato, somado à demanda forte tanto no mercado interno, como para exportação, enxugou os estoques disponíveis, e o preço entrou em ritmo de alta.

Na safra 2016/17, considerando a primeira e a segunda safras, a produção está estimada em 91,47 milhões de toneladas, segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). São 37,5% ou 24,94 milhões de toneladas a mais no ciclo atual frente à temporada passada.

Em 2017, além do incremento da produção, a demanda pelo cereal está mais fraca.

BRASIL: ESTOQUES FINAIS DE MILHO
(MILHÕES DE TONELADAS)



Nota: os dados referentes à safra 2016/17 são estimativas
Fonte: Conab; compilação pela Scot Consultoria

Nessa conjuntura de baixa no milho, as incertezas e as especulações pairam sobre um possível ajuste na produção de aves e suínos, em decorrência da operação Carne Fraca, aplicada pela Polícia Federal. Isso pode impactar de forma negativa a demanda por ração. Segundo o Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal (SINDIRAÇÕES), o milho e a soja respondem por mais de 80,0% da demanda do setor no País.

Com relação às exportações no primeiro trimestre de 2016, a quantidade somou 2,18 milhões de toneladas. Nesse mesmo período do ano passado, os embarques totalizaram o número recorde de 11,85 milhões de toneladas. A queda foi expressiva, de 81,6%.

A menor demanda pelo milho brasileiro no mercado internacional deve-se à grande colheita obtida pelos Estados Unidos, o que prejudicou a competitividade do Brasil. Para uma comparação, a tonelada do produto nacional está cotada em US$ 176,00 para exportação, enquanto o produto norte-americano é negociado ao redor de US$ 150,00 por tonelada.

Com a demanda frouxa e o aumento da oferta, os estoques finais foram revisados, mês a mês, desde outubro do ano passado. Inicialmente, a Conab projetava para 9,54 milhões de toneladas os estoques no País ao final de 2016/17. No relatório de abril de 2017, o volume praticamente dobrou, para quase 20 milhões de toneladas, o maior da história.

O QUE ESPERAR?

Cerca de 67,3% do volume de milho previsto para a safra atual são referentes à produção na segunda safra. Isso significa um fluxo de grãos no mercado brasileiro da ordem de 61,61 milhões de toneladas a partir de junho e julho, com a colheita da safra de inverno. As pressões para baixo nos preços continuarão.

Levando-se em conta o baixo ritmo na comercialização da soja na safra 2016/17, a perspectiva é de agravamento da situação devido à falta de armazéns para estocar o milho colhido na segunda safra. A pressão de venda poderá aumentar ainda mais, derrubando as cotações. ■

SETOR SUCROALCOOLEIRO

O DESAFIO DE DESTRAVAR O INVESTIMENTO PRIVADO

PLINIO M. NASTARI
Mestre e doutor em Economia Agrícola e presidente da DATAGRO Consultoria

A SAFRA de 2016/17 encerrou em 31 de março, com moagem de 607,12 milhões e 44,48 milhões de toneladas de cana, respectivamente, nas regiões Centro-Sul e Norte-Nordeste. O rendimento médio foi de 133,17 quilogramas de Açúcar Total Recuperável (ATR) por tonelada de cana, o que resultou numa oferta total de 86,77 milhões de toneladas de ATR. Esta é praticamente a mesma oferta de ATR observada desde a safra 2010/11 (86,87 milhões de toneladas) e ligeiramente inferior à da safra 2015/16 (87,25 milhões de toneladas).

A produção de açúcar foi de 38,73 milhões de toneladas, sendo 35,63 milhões no Centro-Sul e 3,10 milhões no Norte-Nordeste. E a produção de etanol foi de 27,25 bilhões de litros na soma de anidro e hidratado, sendo 25,65 bilhões no Centro-Sul e 1,60 bilhão no Norte-Nordeste – nesse total, estão incluídos 235 milhões de litros produzidos a partir de milho. O *mix* de produção foi 53,16% para etanol no Brasil todo, sendo 53,71% no Centro-Sul e 45,81% no Norte-Nordeste.

Foram consumidos 10,39 milhões de toneladas de açúcar no mercado interno e exportados 28,32 milhões de toneladas. O consumo de etanol anidro combustível (misturado à gasolina na proporção de 27%) foi de 11,75 bilhões de litros, e o de hidratado foi de 13,99 bilhões de litros. A região Centro-Sul foi responsável por 72,83% do consumo de gasolina C e, portanto, de anidro combustível e por 92,78% do consumo de etanol hidratado em todo o País. Foi, ainda, consumido 1,47 bilhão de litros para outros usos, industriais e de uso doméstico, e exportado 1,44 bilhão de litros.

Para a safra 2017/18, a estimativa é de moagem de 657 milhões de toneladas de cana e oferta de ATR de 87,33 milhões de toneladas, repetindo o limite observado há sete anos.

É exatamente para destravar a estagnação de investimentos privados na produção de energia que o governo federal apresentou, em dezembro último, o programa RenovaBio, com o objetivo de renovar as bases sobre as quais se tem desenvolvido o mercado de biocombustíveis em geral, o que inclui etanol, biodiesel, biogás e bioquerosene. O programa visa criar condições para que os agentes privados sejam induzidos na direção de buscar ganhos de eficiência na produção e os biocombustíveis sejam valorizados por sua intensidade de carbono e, portanto, sua capacidade de contribuir para o atingimento de uma meta de descarbonização.

Um dos objetivos é estimular que os ganhos de eficiência resultem, ao longo do tempo, em competitividade crescente e consequente redução da necessidade de diferenciação tributária. A definição da meta de descarbonização e a velocidade com que será implementada são o que irá definir o tamanho do mercado de biocombustíveis, sendo que cada um poderá competir, dentro de sua capacidade de atender os mercados de combustíveis, para o atingimento dessa meta. Com esse mecanismo, será criado um farol que passará a indicar o tamanho do mercado de biocombustíveis a cada ano, e a necessidade de utilizá-los para cumprir a meta irá gerar a sua demanda.

As distribuidoras de combustíveis terão capacidades diferenciadas para o cumprimento dessas metas,

PRODUÇÃO E CONSUMO NO SETOR DE AÇÚCAR E ETANOL EM 2015/16 E 2016/17, NO BRASIL

DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	2015/16	2016/17	Var. %
Moagem de cana-de-açúcar	milhões de toneladas	672,16	651,62	-3,1
Rendimento industrial	quilos de ATR por tonelada de cana	129,80	133,17	2,6
Oferta de ATR*	milhões de toneladas	87,25	86,77	-0,5
Produção de açúcar	milhões de toneladas	33,96	38,73	14,0
Produção de etanol total	bilhões de litros	30,42	27,25	-10,4
Etanol anidro	bilhões de litros	11,67	11,58	-0,8
Etanol hidratado	bilhões de litros	18,75	15,67	-16,4
Mix para etanol	%	59,1	53,2	-6,0
Consumo de açúcar	milhões de toneladas	34,57	38,71	12,0
Mercado doméstico	milhões de toneladas	10,29	10,39	1,0
Exportação	milhões de toneladas	24,28	28,32	16,6
Consumo de etanol	bilhões de litros	32,80	28,65	-12,6
Anidro combustível	bilhões de litros	11,30	11,75	3,9
Hidratado combustível	bilhões de litros	17,39	14,00	-19,5
Outros usos (inclusive alcoolquímica)	bilhões de litros	2,16	1,47	-31,9
Exportação	bilhões de litros	1,94	1,44	-26,0

* ATR: Açúcares Totais Recuperáveis
Fonte: DATAGRO

e a comercialização de certificados de redução de emissões vai gerar um mercado que determinará, indiretamente, o valor do carbono.

O RenovaBio é uma proposta diferente do modelo tradicional de se criar ou manter um tributo que diferencie os bicombustíveis dos combustíveis fósseis tradicionais, gasolina e diesel. O tributo gera um diferencial médio que não induz ganhos de eficiência ao longo do tempo e representa um valor que precisa ser arbitrado pelo gestor da política. Além disso, se for constituído como um novo tributo, precisa passar pela regra da anualidade e ser aprovado por todas as instâncias de decisão nos poderes Executivo e Legislativo. Se for utilizado um tributo já existente, como a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE), por exemplo, precisa haver a disposição de implementá-lo.

O grande diferencial entre o modelo proposto pelo RenovaBio e o tributo convencional sobre o carbono é a capacidade do primeiro de promover a indução de ganhos de eficiência, tanto na produção, quanto na motorização utilizada em transporte. É um programa que deve estar alinhado com outras políticas importantes, como a reformulação das regras de indução de ganhos de eficiência energética nos veículos, antes denominada Inovar-Auto e, recentemente, rebatizada como Rota 2030. Alinha-se, também, com a política externa de promoção de biocombustíveis instaurada pela Plataforma Biofuturo, lançada em novembro na COP-22, em Marrakech (Marrocos), e que conta com a adesão de vinte países. ■


SHUTTERSTOCK



DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

UNIÃO DA INDÚSTRIA DE CANA-DE-AÇÚCAR
ETANOL • AÇÚCAR • ENERGIA SÃO PAULO • BRASIL

A marca da indústria de cana-de-açúcar é a de superação de ciclos econômicos de altas e baixas. Ao mesmo tempo, os desafios tecnológicos estiveram sempre presentes na história da cadeia produtiva sucroenergética. O conteúdo do presente Caderno, elaborado pelo corpo técnico e executivo da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA), traz uma visão tanto estrutural quanto conjuntural do setor.

ACORDO DE PARIS E A NECESSIDADE DE UM PLANO ESTRATÉGICO





ELIZABETH FARINA
DIRETORA PRESIDENTE DA UNICA

LUCIANO RODRIGUES
GERENTE DE ECONOMIA E ANÁLISE SETORIAL DA UNICA

O pacto histórico assinado por 197 países na 21ª Conferência das Partes (COP-21) da Convenção-Quadro da Organização das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês) estabeleceu um novo marco no enorme desafio de manter o aumento da temperatura global abaixo de 2 °C e combater os efeitos nefastos do aquecimento global.

A despeito do ceticismo do atual presidente americano ante as evidências empíricas e os estudos contundentes sobre o tema, é inegável a mudança profunda no comportamento mundial, e a busca pelo uso consciente de energia limpa e renovável retrata um movimento sem volta.

A necessidade de transformações para a preservação e o uso racional dos recursos naturais passou a permear as discussões sobre segurança energética. No entendimento coletivo, não é possível manter o padrão de vida atual sem comprometer o futuro das próximas gerações.

Nessa linha, apesar das políticas erráticas dos últimos quinze anos, o caso brasileiro ainda é considerado um exemplo de sucesso: as suas fontes renováveis respondem por expressivos 39% da matriz energética nacional. Já os produtos de cana-de-açúcar destacam-se ao representarem cerca de 16% da matriz ou 40% de toda a energia renovável ofertada internamente. Estas cifras são obtidas com a utilização de apenas 0,6% do território nacional para o cultivo da lavoura canavieira destinada ao uso energético.

Esse destaque da bioenergia é reconhecido no compromisso internacional estabelecido pelo Brasil na COP-21, o qual prevê a ampliação da energia elétrica limpa na composição da matriz de 28% para 33% até 2030, enquanto a participação dos biocombustíveis deve atingir 18%.

Ao contrário de várias nações, o País tem uma posição privilegiada, com a possibilidade de expansão do etanol sem desmatamento, competição na produção de alimentos e desafios estruturais intransponíveis. O seu sistema de abastecimento já conta com bomba dedicada em praticamente todos os postos revendedores e uma enorme frota de veículos flexíveis aptos ao uso do produto.

Diferentemente de outras opções ambientais eficientes vislumbradas para o futuro, o etanol produzido no Brasil é uma alternativa econômica viável, com técnica dominada e, mais importante, pronta e disponível para o combate ao aquecimento global de forma imediata.

Tecnologias automotivas em desenvolvimento ou em fase de testes, como os veículos elétricos movidos a célula de combustível ou os carros híbridos *flex-fuel*, podem fortalecer a vantagem brasileira e reforçar a importância do etanol.

Afora o ambiente político conturbado, esse período é importante para o desenho de um plano estratégico. De um lado, há a necessidade de reordenação do mercado de combustíveis decorrente do novo posicionamento da Petrobras e da perspectiva de déficit de oferta interna nos próximos anos. De outro lado, o Brasil inicia a discussão sobre o regime automotivo com metas para pesquisa e desenvolvimento em engenharia, eficiência energética e segurança veicular.

OPORTUNIDADES COM O RENOVABIO

É louvável a iniciativa do Ministério de Minas e Energia (MME) de estabelecer um sofisticado plano de descarbonização, unificado na iniciativa conhecida como RenovaBio. O programa está alinhado aos compromissos da COP-21, na busca de ampliar a participação dos combustíveis renováveis na matriz veicular brasileira, com geração de ganhos econômicos, sociais e, especialmente, ambientais à sociedade.

Com efeito, o crescimento do setor sucroenergético para o atendimento das metas internacionais estabelecidas permitiria uma redução adicional das emissões, estimadas em mais de 550 milhões de toneladas de CO_2 eq. até 2030, além de uma redução expressiva dos gastos com saúde pública decorrente do menor uso de combustíveis fósseis.

Esse movimento promoveria, também, a criação de quase 250 mil novos postos de trabalho diretos no período, com potencial de atingir mais 500 mil empregos indiretos em toda a cadeia. Os investimentos na ampliação da capacidade produtiva chegariam a US$ 40 bilhões, com efeito multiplicador significativo para setores correlatos.

Nessa linha, a proposta do RenovaBio traz um arcabouço regulatório transparente e políticas públicas na direção correta, além de estímulos para a ampliação das eficiências econômica e ambiental dos biocombustíveis no País, na medida em que diferencia os produtos de acordo com o nível de emissões de gases do efeito estufa.

Além de exigir um enorme esforço dos agentes públicos e privados, essa iniciativa poderá manter o protagonismo brasileiro na corrida mundial por fontes alternativas de energia limpa e renovável. Não podemos perder tempo e desperdiçar mais uma oportunidade de avanço no campo energético!

MELHORIA PONTUAL NÃO GARANTE NOVOS INVESTIMENTOS





ANTONIO DE PADUA RODRIGUES
DIRETOR TÉCNICO DA UNICA

LUCIANO RODRIGUES
GERENTE DE ECONOMIA E ANÁLISE SETORIAL DA UNICA

MARIANA R. Z. DE LUCCA
ESPECIALISTA EM ANÁLISE DE MERCADO DA UNICA

O Brasil viveu momentos turbulentos em 2016: *impeachment*, desemprego recorde, calamidade financeira dos estados, entre outros. Para a atividade sucroenergética, entretanto, a safra 2016/17 apresentou melhores resultados em comparação a anos anteriores: o faturamento médio da indústria canavieira, retratado a partir dos índices registrados para o estado de São Paulo, atingiu R$ 149,35 por tonelada de cana-de-açúcar.

Este valor, em termos reais, supera em 18% o apurado na safra 2015/16, com preço médio da matéria-prima superior a R$ 90 por tonelada. Mesmo com a baixa produtividade agrícola, os produtores rurais conseguiram rentabilidade positiva. Isso se refletiu na geração de divisas: o setor posicionou-se em terceiro lugar no *ranking* de exportação do agronegócio nacional, com embarques de etanol e açúcar no valor US$ 11,3 bilhões.

A saúde financeira de parcela significativa do segmento sucroenergético ainda requer cuidados. As políticas erráticas dos últimos anos promoveram um aumento sem precedentes na alavancagem das empresas. Cerca de 15% das suas receitas estão comprometidos com o pagamento de despesas financeiras.

A generalização dessa condição exige cautela. Enquanto, para 15% das unidades, a dívida líquida atingiu níveis alarmantes (acima de R$ 200 por tonelada de cana-de-açúcar); para uma parcela responsável por 10% da moagem do Centro-Sul, este indicador encontra-se em patamares relativamente reduzidos (R$ 50 por tonelada).

Os resultados da safra 2016/17 decorrem de mudanças estruturais e episódios conjunturais dos mercados. No açúcar, o déficit mundial do produto e a desvalorização do real contribuíram para a ampliação da receita. Em relação ao etanol, houve as mudanças nas alíquotas de ICMS em diversos estados e a nova política de precificação da gasolina adotada pela Petrobras.

A quebra agrícola foi outro elemento influente nas receitas e nos custos de produção no ciclo 2016/17 da região Centro-Sul: 77 toneladas por hectare colhido, frente a 83 toneladas no ciclo anterior.

Esta retração na oferta de cana-de-açúcar foi determinante para as importações brasileiras de etanol. Pela primeira vez na história, a balança comercial do biocombustível foi ligeiramente negativa, mas fundamental para garantir o abastecimento doméstico e refutar qualquer hipótese de alteração da mistura de etanol anidro na gasolina.

O restabelecimento da cobrança de PIS/COFINS sobre o etanol hidratado no início de 2017, sem nenhum tipo de contrapartida ao seu concorrente, a gasolina, causa preocupação. Esta medida deve promover perda de competitividade do renovável na safra 2017/18, iniciada em abril.

Apesar do cenário favorável de 2016, as incertezas quanto ao futuro do etanol combustível no Brasil continuam. Sem diretrizes claras quanto ao papel do renovável na matriz energética nacional, fica difícil que haja novos investimentos para aumentar a capacidade produtiva com base em um único ciclo de preços mais atrativos.

Com diretrizes claras, a indústria sucroenergética terá condições de responder com a ampliação de investimentos e geração de renda, divisas e empregos em um momento absolutamente propício, em que o Brasil vive uma das piores crises da sua história.

CONTRIBUIÇÕES DA AGENDA AMBIENTAL




RENATA CAMARGO
ASSESSORA JURÍDICA DA UNICA

RACHEL GLUECK
COORDENADORA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DA UNICA

O chamado Acordo de Paris, resultado da 21ª Conferência das Partes (COP-21), formalizou um novo pacto internacional em busca de uma resposta global à ameaça das mudanças climáticas. As metas brasileiras apresentadas foram consideradas bastante ambiciosas, prevendo, por exemplo, a participação de 18% de biocombustíveis e 23% de energias renováveis (sem considerar a hidrelétrica) na sua matriz energética até 2030, resultando em um novo perfil de matriz energética nacional, ainda mais sustentável.

Pensando apenas na meta de biocombustíveis, estima-se que o Brasil precisará produzir 50 bilhões de litros de etanol combustível em 2030. Atualmente, este volume é de 28 bilhões de litros. Isso demandará a instalação de 75 novas usinas e investimentos na ordem de US$ 40 bilhões. Já em relação à geração de energia elétrica, considerando apenas a capacidade instalada atual, o setor sucroenergético já poderia acrescentar o equivalente a 1,2 Usina Itaipu ao sistema nacional.

Além das contribuições com o fortalecimento de uma matriz energética mais sustentável, existe o compromisso brasileiro com a recuperação de 12 milhões de hectares de vegetação até 2030, ainda no âmbito do Acordo de Paris. Esta meta está intimamente ligada à implementação do novo Código Florestal brasileiro (Lei Federal nº 12.651/12), com dispositivos que viabilizarão esse ambicioso projeto de recuperação ambiental, merecendo destaque:

- A criação do maior programa de mapeamento ambiental e produtivo do mundo, permitindo o diagnóstico dos passivos ambientais de todas as propriedades rurais (Cadastro Ambiental Rural – CAR);

- O desenvolvimento do maior programa de recuperação e regularização ambiental do mundo (Programa de Regularização Ambiental – PRA); e

- A consolidação da política de desmatamento ilegal zero, incluindo a garantia de instrumentos para a identificação dos infratores e a sua punição.

Apenas no estado de São Paulo, o setor sucroenergético é responsável pela preservação e pela recuperação de cerca de 260.000 hectares de matas ciliares e cerca de 8.400 nascentes. Estes números poderiam ser ainda mais expressivos não fosse o cenário de total insegurança jurídica instalado após a suspensão, por meio de uma liminar obtida pelo Ministério Público paulista, da Lei Estadual nº 15.684/15, que instituiu o PRA do estado de São Paulo.

O setor sucroenergético está comprometido com o sucesso da nova matriz energética nacional, bem como com o atendimento das metas assumidas pelo Brasil no Acordo de Paris. No entanto, este sucesso dependerá de uma indicação clara do governo brasileiro quanto aos instrumentos a serem utilizados para a construção desta nova matriz, incluindo: o desenvolvimento de políticas públicas de médio e longo prazos para o aumento da produção de biocombustíveis; a criação de novas tecnologias, a exemplo do Programa RenovaBio e da Plataforma Biofuturo; e a afirmação do novo Código Florestal como instrumento para proteção e adequação ambientais.



BIOCOMBUSTÍVEIS NA ERA TRUMP





EDUARDO LEÃO DE SOUSA
DIRETOR EXECUTIVO DA UNICA

GÉRALDINE KUTAS
ASSESSORA SÊNIOR PARA ASSUNTOS INTERNACIONAIS DA UNICA

LETÍCIA PHILLIPS
ASSESSORA E REPRESENTANTE PARA A AMÉRICA DO NORTE DA UNICA

A chegada de Donald Trump ao poder é considerada como um ponto de inflexão da conhecida globalização, iniciada nos anos 80 do século passado. Trump sinalizou barreiras para imigrantes e restrições comerciais em setores que afetam a indústria americana. Na Europa, tem-se o crescente nacionalismo evidenciado no Brexit e as eleições de países-chave previstas para este ano. Estamos, portanto, no limiar de uma nova era de "desglobalização" da economia e do comércio mundial, com matizes isolacionistas e de proteção dos mercados.

No caso específico dos biocombustíveis, há uma incerteza quanto ao seu futuro nos Estados Unidos. O novo administrador da Agência de Proteção Ambiental (EPA) americana no Senado defende o programa de biocombustíveis americano. Mas, há temor que mudanças na política de emissões coloquem em risco o mais ambicioso programa de etanol do mundo.

Do ponto de vista de importações, a EPA analisa a proposta para que o etanol originado de cana-de-açúcar, como o do Brasil, não seja mais classificado como um produto final, mas "biointermediário", pois recebe o desnaturante – substância adicionada para torná-lo impróprio para o consumo humano – somente no porto americano. Importante barreira técnica, essa alteração praticamente inviabilizará as exportações àquele mercado, pois implicaria aumento da burocracia e dos custos envolvidos no processo.

Do lado europeu, a Comissão Europeia rediscute o conteúdo da diretiva sobre a promoção das energias renováveis, a vigorar a partir de 2020. A proposta prevê uma redução da participação dos biocombustíveis convencionais no transporte, limitada a 3,8%, em 2030, contra os atuais 7%. O etanol de cana-de-açúcar, apesar de classificado como avançado nos EUA, devido à redução das emissões de gases do efeito estufa, encaixa-se naquela categoria na Europa. A discussão no Parlamento europeu está no início, e a tramitação demorará pelo menos dezoito meses. A aprovação dessa medida praticamente eliminará a oportunidade de exportações brasileiras ao bloco europeu.

Resta, ainda, o mercado asiático. É a economia de maior crescimento e responsável por quase 60% das emissões de gases do efeito estufa no mundo. Esta região demandará cada vez mais energia, de preferência com fontes renováveis. A exemplo da China, da Índia e da Tailândia, mais de dez países do continente já possuem programas de mistura de etanol na gasolina; muitos deles, contudo, são apenas autorizativos (não obrigatórios) ou pouco expressivos (abaixo de 5%).

A tendência de barreiras no mundo é preocupante para as energias renováveis. A demanda por energia, responsável por mais de 40% das emissões no mundo, continuará em crescimento exponencial. O tema das mudanças climáticas representa um desafio global. Como constitui um dos biocombustíveis de menor intensidade de carbônica disponível no mundo, o etanol de cana-de-açúcar representa uma solução para diversos países. Assim, a visão dos benefícios para as gerações futuras deveria ficar acima do mundo "curtoprazista", tão bem personificado por Donald Trump.

OPORTUNIDADES PARA UM FUTURO SUSTENTÁVEL



ALFREDO SZWARC
CONSULTOR DE TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE DA UNICA

Basta que pesquisemos nos meios de informação científicos e tecnológicos para nos depararmos com diversas notícias sobre novidades relacionadas com a indústria de cana-de-açúcar. Recentemente, três notícias chamaram a atenção na mídia internacional.

Em primeiro lugar, tem-se o protótipo de veículo elétrico abastecido com etanol construído pela Nissan. Ficção? Não, apenas o começo de um avanço na tecnologia dos veículos equipados com sistemas de células de combustível, a circular em alguns centros internacionais. Nestes sistemas, a energia elétrica convertida do hidrogênio é utilizada para a propulsão do veículo. No caso desse protótipo, o hidrogênio é obtido do etanol fornecido ao veículo depois de ser processado num equipamento chamado reformador.

Diferentemente dos veículos abastecidos diretamente com hidrogênio, esses veículos movidos com conversão do hidrogênio demandam uma infraestrutura complexa e cara de produção e distribuição desta fonte de energia. O conceito utilizado para a idealização do protótipo foca na utilização da infraestrutura existente de distribuição de etanol. Com 30 litros de etanol no tanque, o protótipo percorre uma distância de 630 quilômetros (km), que poderá ser ampliada com futuros aperfeiçoamentos.

O desempenho é bom, com aceleração de zero a 100 km em apenas 10 segundos. A dirigibilidade é suave e silenciosa. Com o anúncio da Nissan, a produção de veículos com essa tecnologia por outras montadoras poderá chegar ao mercado dentro de dez anos. Se tudo certo, uma vida longa para o etanol pode ser antecipada, mesmo se o uso de energia elétrica passar a ser a solução preferencial para a mobilidade no futuro.

Em segundo lugar, apresenta-se a transformação do bagaço de cana em carvão ativo. Aperfeiçoada no Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM), esta tecnologia poderá reduzir a dependência nacional de importação de carvão ativo. A demanda por este material cresce por conta de suas diversas aplicações, em especial na descontaminação de águas e ar e no controle de produtos tóxicos voláteis. Além de contribuir para a autossuficiência na produção do material, a tecnologia possui apelo ambiental, pois transforma um resíduo em um material de grande utilidade.

Por fim, tem-se a produção de pasta de celulose de palha da cana por um processo inovador. Desenvolvido pela empresa FibraResist, o processo entrou em operação comercial no começo de 2017. A fábrica, com capacidade de produção de 72 mil toneladas por ano, fornece matéria-prima para a produção de papel-toalha, papel higiênico e papéis de embalagem. Assim como no caso anterior, um resíduo da cana é convertido em um produto de alto valor agregado.

Como diz o caboclo, a cana apresenta um mar de oportunidades. É o que vemos nos casos mencionados, que se alinham perfeitamente aos princípios da economia circular e do desenvolvimento sustentável. Esteja onde estiver, Martim Afonso de Sousa, que, em 1532, trouxe a primeira muda de cana-de-açúcar ao Brasil e iniciou o seu cultivo na Capitania de São Vicente, deve estar orgulhoso do seu feito.

RESERVATÓRIOS VIRTUAIS GERADOS PELA BIOELETRICIDADE



ZILMAR JOSÉ DE SOUZA
GERENTE DE BIOELETRICIDADE DA UNICA

Em 2016, a bioeletricidade passou a ser a segunda fonte de geração mais importante na Oferta Interna de Energia Elétrica (OIEE) no País, com 54 mil gigawatts-hora (GWh), superando o gás natural, algo que não ocorria desde 2011. Esta geração inclui a parcela da autoprodução e os diferentes combustíveis, sendo os principais aqueles derivados da biomassa de cana, de resíduos

florestais e do licor negro presente na indústria de papel e celulose.

Quando se exclui a geração destinada ao autoconsumo, o valor de geração para o Sistema Interligado Nacional (SIN) pela biomassa foi de quase 24 mil GWh em 2016, representando um crescimento pouco superior a 6% em relação ao ano de 2015. Deste total, a produção estrita, a partir da biomassa de cana-de-açúcar, atingiu 21,2 mil GWh, ou 89% do total. Desta forma, a oferta de bioeletricidade para o SIN acompanha, sobretudo, o perfil da safra canavieira, pois é quando ocorre a disponibilidade da biomassa para a geração de energia.

Concentrado no período seco para o setor elétrico, o perfil de produção da bioeletricidade torna-se uma fonte complementar à hídrica, funcionando como "reservatório virtual". A oferta da bioeletricidade sucroenergética para o SIN é inversa à da Energia Natural Afluente (ENA), ou seja, a energia que pode ser produzida a partir das vazões naturais afluentes aos reservatórios.

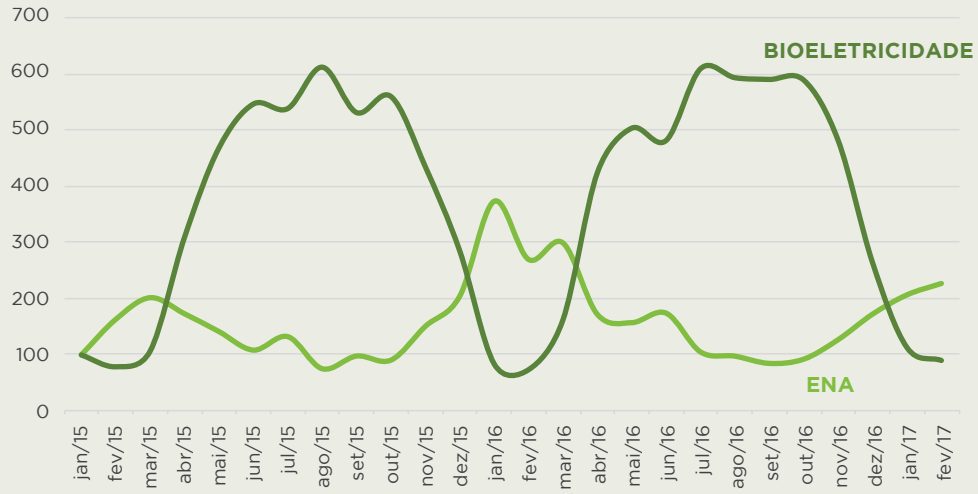
Em 2016, a energia fornecida à rede pela biomassa de cana foi equivalente a economizar 15% da água dos reservatórios hidrelétricos do principal submercado do setor elétrico, o Sudeste/Centro-Oeste, com 58% do consumo de eletricidade no País.

Para 2017, as condições hidrológicas desfavoráveis deverão levar a despachos térmicos mais volumosos, significando um aumento no custo da operação do sistema, com rebatimentos de alta na tarifa para o consumidor de energia elétrica, ao mesmo tempo em que há reservatórios virtuais de bioeletricidade adormecidos nos canaviais.

A bioeletricidade sucroenergética ofertada para a rede, em 2016, foi equivalente a 4,6% do consumo de energia elétrica no País. Isso é bastante significativo. Contudo, caso o seu potencial fosse plenamente aproveitado, a estimativa é de que a cana, sozinha, pudesse responder por 28% do consumo nacional na rede.

Considerando o papel estratégico da bioeletricidade para a garantia sustentável do suprimento energético e o potencial desta fonte, há um desafio para os agentes públicos e privados quanto à construção de uma política setorial mais atenciosa, previsível e de longo prazo para a bioeletricidade, que contribua para o setor sucroenergético agregar mais reservatórios virtuais estratégicos e renováveis à matriz elétrica brasileira. ■

ÍNDICE DE BIOELETRICIDADE E DA ENA
(BASE 100 = JANEIRO DE 2015)



Fonte: UNICA (2017); dados básicos da CCEE e do ONS (2017)

SHUTTERSTOCK



SHUTTERSTOCK

Revisão CONSECANA 2016
Uma visão analítica

O ATR

Pelo Sistema de Acompanhamento de Produção Canavieira (SAPCANA), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), na safra 2016/17, até 15 de março de 2017, foram produzidos, no estado de São Paulo, 361 milhões de toneladas, dos quais:

- 42,6% em terras próprias e arrendadas, por produtores independentes, chamados fornecedores de cana, que vendem para as usinas; e

- 57,4% pertencentes às usinas, plantados em terras de terceiros, nas formas de parceria e arrendamento.

Trata-se de um mercado de cerca de R$ 32,5 bilhões, negociado por meio de um índice instituído pelo Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Etanol do Estado de São Paulo (CONSECANA-SP) há dezenove anos: a quantidade de Açúcar Total Recuperável (ATR) contida em uma tonelada de cana.

A valorização do ATR depende de duas variáveis:

- Os valores líquidos de Posto Veículo na Usina (PVU) nos mercados interno e externo de todos os tipos de açúcar e etanol produzidos e comercializados pelas usinas, de preço incontrolável e alta volatilidade;

- O percentual de participação da matéria-prima cana-de-açúcar no PVU de todos os tipos de açúcar e etanol produzidos e comercializados pelas usinas, negociado entre os dois sócios do CONSECANA-SP: a Organização de Plantadores de Cana da Região Centro-Sul do Brasil (ORPLANA) e a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA) no estado de São Paulo.

O percentual de participação da matéria-prima cana-de-açúcar (%PMP), definido pela relação entre o custo total de produção de cana-de-açúcar e o custo total de processamento de açúcar e etanol, dentre outros parâmetros de determinação da qualidade da cana-de-açúcar, deve, segundo o regulamento do CONSECANA, ser revisado e atualizado a cada cinco anos.

SUSTENTABILIDADE AMEAÇADA

Quando o modelo CONSECANA apresenta posições e visões distintas, a sustentabilidade dos pequenos e dos médios produtores, com produtividades menores e localizações em regiões sem a concorrência entre usinas, está comprometida.

Nesse caso, predomina a economia semelhante ao oligopsônio, uma forma de mercado com poucos compradores (usinas) – chamados de oligopsonistas – e muitos vendedores (produtores de cana). É um mercado imperfeito em que as usinas praticam o preço do ATR defasado, devido ao grande salto do custo agrícola nos últimos anos, em função da necessidade de aumentar a produtividade, com mecanização e mudança no sistema de manejo e controle de pragas.



REFERÊNCIA DE PREÇO

Existe, também, a visão de que, na prática, o Sistema CONSECANA transformou-se apenas em uma referência para o mercado de cana-de-açúcar no estado de São Paulo. Com isso, deu-se a pretensão de grupos em formalizar essa situação em seu estatuto e seu regulamento. No entanto, a realidade mostra que a usina, por necessidade concorrencial, mitigação e distribuição dos riscos, pratica uma seleção rigorosa de seus parceiros produtores de cana.

Assim, formas de premiação em quilogramas de ATR por tonelada de cana ou em reais por tonelada de cana são estabelecidas de acordo com o cumprimento de metas preestabelecidas. Os exemplos estão nas formalizações contratuais, na fidelidade e na regularidade de fornecimento, no teor de impurezas mineral e vegetal na matéria-prima e no cumprimento das legislações trabalhista e ambiental, dentre outros, usualmente não capturados pelo modelo CONSECANA.

ENTRAVE DAS PARCERIAS E DOS ARRENDAMENTOS

Concebido para remunerar a cana posta na esteira da usina, o CONSECANA não estabelece normas para as modalidades de contrato de parcerias e de arrendamentos para a produção de cana. Infelizmente, todos os negócios de parcerias e arrendamentos no Sistema Agroindustrial (SAG) da cana-de-açúcar no estado de São Paulo, com raras exceções, também utilizam o valor do ATR como referência em seus contratos.

O proprietário rural arrenda sua terra para a unidade industrial e recebe um valor fixo de quilogramas de ATR por tonelada de cana produzida na sua propriedade. Esses índices utilizados para pagamentos de arrendamentos e parcerias correspondem a quilos de ATR por tonelada de cana.

Os valores foram obtidos junto aos parâmetros de uma cana padrão definidos no antigo Sistema de Pagamento de Cana pelo Teor de Sacarose (PCTS), regulamentado pelo extinto Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA), autarquia do então Ministério da Indústria e Comércio. Esse procedimento dificulta de forma acentuada as negociações no CONSECANA, devido ao grande impacto

econômico no caso de uma alteração no %PMP e, por consequência, no valor do ATR, tendo em vista a grande proporção de canaviais formados em áreas arrendadas.

Uma saída para viabilizar as negociações seria aplicar o ajuste do %PMP somente para os produtores de cana, sem a inclusão dos arrendadores de terra.

BAGAÇO DE CANA-DE-AÇÚCAR

O SAG da cana-de-açúcar é complexo: as usinas produtoras dependem de produtores de cana e de bens de capital. Os produtos – álcool, açúcar e energia – são distribuídos para distribuidores de combustíveis e de energia elétrica, indústria de alimentos, atacado e varejo e *tradings* exportadoras. Já os subprodutos são destinados a indústrias, atacado e varejo, como indústrias de suco de laranja e de ração animal. Hoje, as usinas utilizam os resíduos, como vinhaça e vinhoto, como biofertilizantes.

O conflito de interesses entre a usina e o produtor de cana, no interior do SAG da cana-de-açúcar, existe desde os primórdios da criação do Sistema CONSECANA. Este embate minimiza em dois momentos:

- quando os preços internos e externos do açúcar, do etanol e da cana estão em conjuntura de alta; e

- quando ameaçam o SAG da cana-de-açúcar como um todo, de modo a colocar em risco o futuro da atividade no Brasil – a criação do Sistema CONSECANA ocorreu nestas circunstâncias.

Quando os preços remuneram bem os atores, o conflito de interesses reduz-se em toda a cadeia produtiva. Porém, mesmo nesse momento mais ameno, os problemas surgem, como no caso atual da remuneração do bagaço de cana.



ARBITRAGEM

O uso do Sistema CONSECANA-SP permite:

- Compartilhar os riscos de preços baixos;
- Diluir custos, com a garantia no fornecimento constante e a maximização do lucro;
- Gerar lucro e viabilizar os custos industriais da usina, além de atender as preocupações socioeconômicas e a reputação regional da usina;
- Tornar a relação econômica entre produtores de cana e a usina mais transparente e coordenada, conforme as condições nos âmbitos econômico, legal, institucional e relacional;
- Adotar contrato padrão como métrica de pagamento, com precificação a preços de mercado e parâmetro de mitigação de riscos e de atitudes oportunistas;
- Realizar linearidade contratual da entrega da cana, com a imputação de esforço conjunto para a redução de custos produtivos;
- Reduzir a incerteza dos investimentos, de acordo com o horizonte contratual de longo prazo desenhado pela usina;
- Diminuir os custos na busca de novos produtores e na celebração de novos acordos;
- Minimizar os riscos pela especificidade assumidos pelos produtores ao produzirem só cana e não outras culturas agrícolas. A incerteza da usina no fornecimento reduz-se com a regularidade de suprimento;
- Solucionar conflitos sem utilizar vias judiciais, como tribunais, com custos adicionais;
- Realizar financiamentos com garantia nos contratos de compra e venda de cana-de-açúcar; e
- Facilitar os negócios de aquisições e fusões de empresas devido à possível previsibilidade dos preços do ATR e da tonelada de cana, baseados no mercado futuro de açúcar. ■

DEZENOVE ANOS DE VIDA

Bem-sucedido, ao centrar esforços de produtores de cana e indústrias na solução de problemas comuns e na busca de sustentabilidade e prosperidade para o setor, o sistema CONSECANA deve zelar pelo relacionamento, pelo aprimoramento e pelo fortalecimento da cadeia sucroenergética.

Como referência de modelo de relacionamento entre produtores de cana e indústrias do agronegócio que agregue a todos os elos da cadeia produtiva da cana-de-açúcar, o CONSECANA deve valorizar ética, moral, respeito, transparência, equilíbrio e credibilidade.

Para tanto, o CONSECANA deveria seguir o seu regulamento com a nomeação consensual de uma arbitragem para dirimir os impasses surgidos durante o processo de revisão do sistema, de modo a propiciar um bom acordo, com resultado positivo para todos os elos da cadeia sucroenergética.





RENASCIMENTO DA CACAUICULTURA

A produção de cacau está presente em mais de 66 mil propriedades rurais. A elevada rentabilidade obtida em meados do século passado e as condições de solo e clima favoráveis impulsionaram a rápida expansão da cultura e a consolidação da agroindústria de cacau no Brasil.

Entretanto, no final da década de 1980, a atividade foi afetada por uma grave crise estrutural e conjuntural com o aparecimento e a propagação da doença vassoura de bruxa. Frente às projeções de escassez da oferta de matéria-prima para a produção de chocolate, as entidades públicas e privadas da cadeia produtiva mobilizam-se para recuperar e expandir o setor.

CACAU E A SUSTENTABILIDADE DO AGRO BRASILEIRO



EDUARDO BASTOS
DIRETOR EXECUTIVO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS INDÚSTRIAS PROCESSADORAS DE CACAU (AIPC)

Vocês sabiam que o cacau é nosso? Pois é, muita gente não faz ideia do fato de que esta cultura tem origens latino-americanas, notadamente com um dos centros genéticos no Brasil.

Fomos, por décadas, os maiores produtores e exportadores do mundo. Nos últimos trinta anos, caímos para a sexta posição, com menos de 4% da produção mundial. Não produzimos sequer para atender a demanda interna – uma pena.

Dependemos de importações para atender os compromissos internos e externos, pois somos grandes exportadores, principalmente para países americanos. Isso não parece certo num país de dimensões continentais, com um estoque de áreas degradadas conversíveis em lavouras. Com muito espaço para crescer, o País dobrará a sua produção, ficando com em torno de 200 mil toneladas adicionais em dez anos.

Quase tudo produzido no mundo acaba em nossas mesas na forma de pratos deliciosos, como chocolates, bolos, sorvetes e outras guloseimas. Quanto maior a renda, maior o consumo. A demanda mundial cresce, em média, 2% ao ano. Com a recuperação econômica, retornaremos a ser um dos maiores consumidores, com potencial para sermos o terceiro maior consumidor do mundo.

Somos o único país produtor de cacau com parque processador das amêndoas e que é fabricante e consumidor de chocolate em grande quantidade. Temos todos os elos representados aqui.

A cacauicultura ainda carece de infraestrutura básica, como acesso a insumos e assistência técnica. Podemos aumentar a média nacional de 300 quilos por hectare para mais de 1,5 tonelada por hectare, com alto potencial de geração de empregos e renda. Tem-se um mercado imenso ainda pouco explorado...

Nativo do bioma amazônico, o cacau adapta-se a diferentes ambientes. Por meio do chamado sistema "cabruca", protege a Mata Atlântica no estado da Bahia, enquanto, em sistemas agroflorestais na região Norte, convive com as civilizações pré-colombianas há quase 8 mil anos!

Falamos de alta geração de renda (aspecto econômico), muitos empregos (social) e preservação com mais recuperação de florestas (ambiental) – um verdadeiro tripé da sustentabilidade.

VISÃO DO MAPA



NERI GELLER
SECRETÁRIO DA SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (SPA/MAPA)

Das mãos calosas e habilidosas do agricultor, surge o "manjar dos deuses", matéria-prima do chocolate, cultivada há séculos pelos maias e pelos astecas. Depois de experimentar tempos áureos, com 400 mil toneladas produzidas ao ano, e tempos de vassoura de bruxa, com produção de 170 mil toneladas, a cacauicultura brasileira está se reerguendo.

Conhecendo a força de nossos produtores rurais, não poderíamos esperar outra reação, senão a de levantar a cabeça e seguir em frente. Com o apoio técnico da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), recuperamos 41% da produção desde 2003 – calcados mais no aumento da produtividade (23%) do que no da área plantada (15%).

O MAPA está atento às necessidades do setor. Em 1995, lançou o Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, disponibilizando recursos financeiros com taxas de juros favorecidas. Em 2004, a criação da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Cacau estreitou as relações entre cacauicultores, industriais e Governo: um ambiente saudável de discussão, com valiosas propostas de ação para estruturar a cadeia.

A SPA trabalha para aprimorar os seus mecanismos de apoio à comercialização e às linhas de crédito para custeio e investimento, além de modernizar a gestão do risco. Amparado pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), o cacau dá a segurança de uma renda mínima aos produtores quando o preço de mercado está cotado abaixo do preço mínimo fixado.

Firmamos o compromisso de dar destaque ao cacau no Plano Agrícola e Pecuário (PAP) da safra 2017/18. Auxiliaremos os produtores a atingirem a meta desafiadora de voltar à produção anual de 400 mil toneladas no prazo de dez anos. Isso ocorrerá com mais pesquisa, crédito rural, informação e exportação. Pelos seus próprios méritos, os cacauicultores já deram provas inequívocas de superação. Seremos parceiros nessa caminhada.

NOVO LUGAR PARA O CACAU



JOÃO MARTINS DA SILVA JUNIOR
PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DA BAHIA (FAEB) E DA CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL (CNA)

Talvez, nenhuma outra cultura seja tão identificada com o estado da Bahia quanto o cacau. De 1967 a 1986, a produção cacaueira estadual representava 87% da nacional, com Valor Bruto da Produção (VBP) de US$ 2,4 bilhões e exportação de US$ 1,4 bilhão.

No final da década de 1980, a doença vassoura de bruxa desestruturou a cadeia produtiva do cacau, com desastrosos impactos econômicos, sociais e ambientais. Saímos da condição de segundo maior exportador mundial para a condição de importador. O mapa da produção nacional também mudou: os estados da região Norte, sobretudo o Pará, passaram a responder por 44%, enquanto a Bahia se manteve com 56%.

Apesar disso, vivemos mudanças estruturais. A busca de soluções gerou formas de produção, e os resultados aparecem. A produção de cacau voltou a crescer nos últimos anos por meio do uso de novas tecnologias, estimuladas por ações de capacitação e assistência técnica.

Atualmente, grupos de produtores investem na verticalização da produção de derivados de cacau – mais fortemente em chocolate –, com agregação de valor e melhoria da rentabilidade. Cada vez mais utilizados, os sistemas agroflorestais são modelos perfeitos de integração, pois promovem a diversificação e fortalecem a pegada ambiental da cultura.

Estamos com um plano para alavancar a produção de cacau no Brasil, com o envolvimento de todos os elos da cadeia – produtores, indústria moageira, chocolateiros, Governo e terceiro setor. O objetivo é retornarmos à condição de exportador, com abastecimento do mercado interno e melhoria na participação no comércio internacional.

Com atuação em assistência técnica, venda subsidiada de mudas e acesso a fertilizantes – como por meio do Programa de Assistência Técnica e Capacitação (Pró-SENAR), idealizado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural na Bahia (SENAR/BA) –, aumentaremos a produtividade das lavouras. Somos o único país do mundo grande produtor e consumidor de chocolate. Ao sermos comparados aos nossos concorrentes – 70% da produção mundial de cacau vêm da África –, temos o melhor ambiente institucional para discutir e desenvolver a cadeia.

Vivemos um novo cenário. A Bahia mudou completamente o perfil econômico. O cacau nunca mais terá a mesma importância do passado. Mas, isso não significa que a sua cadeia produtiva não valorize o meio ambiente, obtenha renda e melhore a qualidade de vida das pessoas.

PANORAMA DO SETOR DE CHOCOLATE



UBIRACY FONSECA
PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE CHOCOLATES, CACAU, AMENDOIM, BALAS E DERIVADOS (ABICAB)

O chocolate não só está presente no dia a dia dos consumidores, como também movimenta a economia do País, em termos de produção, faturamento, emprego e exportação. Considerado um dos maiores eventos do mundo, a Páscoa é a data mais representativa do setor, e podemos nos orgulhar de sermos um dos seus símbolos. Em 2016, foram produzidas 14,3 mil toneladas de chocolate para a data, o equivalente a 58 milhões de ovos de Páscoa.

Na cadeia produtiva, a ABICAB representa 92% do mercado de chocolate e 70% do mercado de cacau, com 27 anos de atuação. Em constante contato com os nossos associados, temos uma posição otimista para o setor. Apesar de sermos o quinto maior

produtor e consumidor de chocolate do mundo, temos um grande potencial de crescimento quando comparamos o consumo *per capita* do Brasil (2,5 kg por habitante) com o dos principais mercados (5 kg a 12 kg).

Com a recuperação da economia brasileira, as indústrias trabalham para atender a demanda dos consumidores. Os principais *player*s do mercado de chocolate estão no Brasil. As fábricas aqui instaladas e em produção empregam as melhores tecnologias do mundo. Somos o único país com capacidade de produzir os principais ingredientes para a fabricação de chocolate e com parque industrial de embalagem para atender o consumo em qualidade e quantidade.

Brasil: Chocolate e achocolatados

Empregos diretos: 17 mil
Empregos indiretos: 26 mil
Faturamento: R$ 12,4 bilhões
Exportação: 119 países
Produção: 709 mil toneladas
Exportação: 10% da produção

Fonte: ABICAB

DESAFIOS TECNOLÓGICOS



CRISTIANO VILLELA DIAS
DIRETOR CIENTÍFICO DO CENTRO DE INOVAÇÃO DO CACAU (CIC) E SECRETÁRIO-GERAL DO PARQUE CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DO SUL DA BAHIA (PCTSUL)

A visão de futuro ligada à cadeia de valor do cacau constitui o pano de fundo da primeira inciativa do Parque Científico e Tecnológico do Sul da Bahia (PCTSul), com a recente inauguração do Centro de Inovação do Cacau (CIC). O desenvolvimento do laboratório de análises físico-químicas permitirá conhecer as caraterísticas e as melhores formas de beneficiar esta matéria-prima.

O fórum do cacau será o ponto de encontro de discussões do setor, tendo como prioridades a construção de uma inteligência de negócios da cadeia de valor, a definição de uma narrativa comum e a divulgação dos casos de sucesso do nosso setor.

Imaginamos cinco perspectivas para o futuro:

1) Cadeia de valor em que os produtores rurais e as suas famílias tenham uma vida digna por meio do cultivo, da extração e do beneficiamento de cacau, com acesso a saúde, educação, infraestrutura e moradia. Gerações futuras de produtores contribuem com a modernização da lavoura, incorporando novas tecnologias ao conhecimento tradicional e melhorando produtividade e qualidade.

2) Um Brasil autossuficiente em cacau: produtores rurais com competência e interesse para atender os mercados de *commodities* e os segmentos de qualidade ligados aos mercados de chocolates *premium* e *gourmet* de origem, em franco crescimento.

3) Um setor de pesquisa e desenvolvimento, liderado por universidades e centros de inovação, em sintonia com o agronegócio, focado em desenvolver soluções simples e práticas de alto impacto.

4) Uma área empresarial dinâmica, com agenda comum entre as grandes indústrias e os empreendedores focados no desenvolvimento de mercados ligados à identidade regional. Tem-se o fomento para a continuidade de um diálogo sinérgico entre produtores (familiares e empresariais), processadores, chocolateiros e o setor público, com o aproveitamento de tendências e oportunidades de mercado pelo Brasil.

5) Uma legislação protetora e valorizadora da biodiversidade, permitindo o seu uso de forma sustentável nos sistemas cabruca e agroflorestais, fazendo com que o cacau contribua ativamente com os objetivos de reflorestamento do Brasil, no contexto do Acordo Mundial do Clima.

ESTAMOS CONDENADOS À CIVILIZAÇÃO



GUILHERME MOURA
PRESIDENTE DA CÂMARA SETORIAL DA CADEIA PRODUTIVA DO CACAU E VICE-PRESIDENTE DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DA FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DA BAHIA (FAEB)

Desde a introdução da doença vassoura de bruxa na região cacaueira de Ilhéus, no estado da Bahia, em final da década de 1980, vivemos um longo período de entropia. O objetivo era encontrar os culpados pela situação. O desejo era muito mais de reparação do que de superação.

Hoje, se a vontade de reparação permanece, existe uma nova percepção. Concluímos que devemos olhar para frente. Os desafios e as potencialidades do cacau são enormes. Se fizermos o dever de casa, um novo cenário de futuro é reservado para a região cacaueira. Só chegaremos a esse patamar com a união de todos os elos da cadeia produtiva. As nossas semelhanças são muito maiores do que as diferenças. Se somarmos esforços, o caminho será bem mais fácil.

Na Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Cacau do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), conseguimos criar esse ambiente. As discussões acontecem com a participação de todos os elos da cadeia. Os encaminhamentos buscam sempre o consenso, mesmo sem unanimidade. Estabelecemos uma relação de confiança entre os produtores, a indústria moageira e os chocolateiros. Marchamos juntos com o interesse coletivo.

Graças às suas características socioculturais, uma parte da região cacaueira solicitou junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) o reconhecimento como indicação geográfica. Isso permitirá uma reputação diferencial.

Cacauicultores investem na verticalização e produzem seus próprios chocolates, criam estratégias de atuação e conquistam novos mercados. Temos, ainda, uma articulação entre produtores e indústrias moageira e chocolateira para criar um plano de expansão da produção de cacau no Brasil, para voltarmos à condição de exportador.

A criação do PCTSul aproximará as universidades do setor privado, com o funcionamento do CIC, que possui o melhor laboratório de análise de cacau da América Latina.

Diante dessas iniciativas, percebemos a existência de uma clara quebra de paradigma. Entidades, principalmente privadas, articulam-se para planejar e executar estratégias de transformação da realidade. ■



gad®

BRASIL
BOLSA
BALCÃO

B3. INTEGRAMOS PARA POTENCIALIZAR.

Empresa de infraestrutura de mercado de classe mundial,
a B3 nasce para integrar o mercado e potencializar negócios.
B3. Somos Brasil. Somos Bolsa. Somos Balcão.

B3: o resultado da combinação entre a BM&FBOVESPA e a CETIP.
Saiba mais em **B3.COM.BR**



POLÍTICA AGRÍCOLA

FINANCIAMENTO DO AGRONEGÓCIO

CARLOS RATTO
Diretor da B3, companhia resultante da combinação de negócios da BM&FBOVESPA e da Cetip



O DESENVOLVIMENTO do País e o financiamento de longo prazo de nossas empresas possuem relação direta. O acesso a financiamento, a taxas competitivas, gera ganho para o desempenho de negócios locais frente a outros países. Isso é extremamente relevante quando tratamos do agronegócio, com grande participação no Produto Interno Bruto (PIB).

Existem, hoje, três formas de o setor agrícola se financiar: uma é a proveniente do depósito à vista, com a concessão de forma obrigatória de empréstimos ao agronegócio pelos bancos; a segunda são empréstimos bancários; e a terceira, por fim, é o mercado de capitais, com a obtenção de recursos diretamente dos investidores, porém uma opção pouco utilizada.

Os recursos obrigatórios continuarão a existir. Mas, não é possível depender exclusivamente deles, pois o saldo de depósito à vista é resultante do dinheiro parado na conta-corrente e só cresce se as pessoas não aplicarem. Ruim para o mercado, a tendência, assim, é de queda no montante disponível.

Existe uma boa notícia nesse contexto: a fonte de financiamento do agronegócio com maior crescimento vem do mercado de capitais; trata-se do Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), um papel de renda fixa baseado em direitos creditórios. Com este instrumento, empresas da cadeia produtiva do setor podem captar recursos junto ao investidor pessoa física, com a vantagem da isenção de Imposto de Renda (IR) sobre os rendimentos. ■

POTENCIAL DO CRA

Em 2016, o montante de CRAs na carteira de investidores quase triplicou: foi de R$ 6,4 bilhões, no fechamento de 2015, para R$ 17,5 bilhões, no final de 2016. Estes dados são da B3, companhia resultante da combinação de negócios da BM&FBOVESPA e da Cetip. Foi o instrumento de renda fixa privada de maior crescimento, apresentando-se como fonte importante na captação de recursos a custo mais baixo para empresas elegíveis.

No primeiro trimestre de 2017, esse instrumento mostrou-se novamente aquecido. A maior parte das ofertas é pública (segundo a Instrução CVM nº 400), sendo que, dentre elas, destacaram-se as operações da Klabin (R$ 845 milhões) e da VLI (R$ 260 milhões). O prazo médio por título em relação ao estoque é de cinco anos.

O mercado brasileiro de capitais ainda é tímido. A quantidade de companhias utilizadoras deste recurso cresceu. Embora o incremento seja relevante, não podemos nos contentar nem afirmar que, agora, temos um mercado de capitais significativo, com todas suas potencialidades exploradas. É preciso muito mais. De qualquer forma, o sucesso no último ano e a adoção do CRA por um número crescente de novas companhias comprovam que se trata de um instrumento que chegou para ficar e contribuir para a expansão do agronegócio no Brasil.

REFORMAS NECESSÁRIAS AO PAÍS

FÁBIO DE SALLES MEIRELLES
Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP)



É COM muita atenção que estamos acompanhando as iniciativas do poder Executivo para colocar em pauta reformas necessárias para viabilizar a retomada de crescimento do País. Se, por um lado, o atual governo apresenta baixo índice de aprovação popular; por outro, detém ampla maioria no Congresso Nacional, motivo ensejador de um cenário favorável para a discussão de temas importantes de interesse nacional.

Nesse sentido, a reforma da previdência é um dos assuntos que fazem parte da agenda reformista. A FAESP, preocupada com o referido tema, recepcionou em sua sede o primeiro Seminário sobre Reforma da Previdência, em 20 de março último. O evento contou com a presença: do presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), o deputado Nilson Leitão (PSDB-MT); do secretário de Previdência Social do Ministério da Fazenda, Marcelo Caetano; do vice-presidente da região Sudeste da FPA, o deputado Evandro Gussi (PV-SP); e da assessora jurídica e especialista em previdência social da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Vânia Gomes Ataíde da Silva. O seminário teve a mediação feita pelo jornalista William Waack.

O seminário almejou promover à sociedade as discussões da agenda da reforma previdenciária, ampliando as discussões junto às bases, buscando escutar o que as entidades representativas do setor produtivo rural têm a dizer sobre o assunto, "lembrando que o campo representa 25% do PIB brasileiro, mais de 40% das exportações e 30% dos empregos", salientou o deputado Nilson Leitão.

O evento contou com a presença de cerca de mais 200 participantes, de várias regiões do estado de São Paulo. Na oportunidade, afirmamos que as propostas em discussão e que podem afetar o campo devem ser criteriosamente analisadas para que o produtor rural não seja ainda mais penalizado. Na ocasião, salientamos, ainda, que o setor agrícola é um dos que mais sofre com os impactos de medidas e que as novas propostas podem representar uma penalização para a economia agrícola.

O deputado Nilson Leitão destacou que é um grande defensor da reforma da previdência por estar convencido de que o sistema não sobreviverá por muito tempo, podendo ir à falência, e que "nenhum de nós deseja esta dramática situação".

Um dos temas de destaque no evento foi o retorno da cobrança previdenciária na folha de pagamento de empresas exportadoras, o que entrará na base de cálculo caso a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 287/16 seja aprovada. O chefe do Departamento de Políticas de Previdência Social, da Secretaria de Previdência Social, Benedito Brunca, afirmou que o Governo quer fazer a adequação de fontes de financiamento para cobrar o que está isento nas exportações em relação à previdência.

A FAESP defende, entre outras questões, a manutenção da imunidade da cobrança previdenciária sobre as exportações, de modo a não afetar a rentabilidade do produtor rural, e uma melhor padronização na idade mínima para aposentadoria de homens e mulheres no campo, em razão das peculiaridades próprias do trabalho na área rural que comprometem a expectativa de vida.

Compreendemos a necessidade de reformas estruturais para o reajustamento dos rumos e a retomada de crescimento do País, contudo isso não pode prejudicar um segmento que contribui substancialmente para a manutenção dos empregos, o superávit da balança comercial e uma melhor distribuição de renda às famílias brasileiras. ■

POLÍTICAS PÚBLICAS

SANIDADE VEGETAL E O VAZIO SANITÁRIO

ROBERTO SANT'ANNA

Advogado pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, pós-graduado em Direito e Agronegócio pela Fundação Getulio Vargas (FGV) e gerente de Inovação e Sustentabilidade da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef)

A CULTURA de soja tem importância estratégica não apenas para o agronegócio, mas para o desenvolvimento econômico brasileiro. O País é o segundo maior produtor mundial desta cultura e o segundo maior exportador de grão, óleo e farelo.

A cadeia produtiva de soja gera significativos impactos socioeconômicos: reúne cerca de 245 mil sojicultores e um mercado de trabalho de 1,4 milhão de empregos, segundo dados da Associação dos Produtores de Soja do Brasil (Aprosoja Brasil). Não se pode, portanto, ignorar a sua relevância para a economia do País.

Sob o aspecto fitossanitário, a introdução de cultivares mais precoces de soja criou condições favoráveis ao plantio da cultura também na "safrinha", uma vantagem que acabou acendendo o sinal de alerta em relação à falta de adoção do vazio sanitário.

A preocupação nasce do fato de que, nos países sob clima tropical, há maior incidência de pragas e doenças nas lavouras do que em países temperados e frios, o que exige muito maior rigor na adoção de técnicas, manejos adequados e uso de tecnologias de acordo com as recomendações da área de Pesquisa.

Um exemplo prático é a ferrugem asiática. O Brasil é um dos países onde a doença causa mais impactos no sistema produtivo de soja: pode diminuir em até 90% a produtividade de uma lavoura. O custo da ferrugem asiática da soja por aqui, desde as primeiras epidemias severas, em 2002, até a safra de 2011/12, foi estimado em aproximadamente US$ 19 bilhões, incluindo as perdas em produção e arrecadação e o custo com o controle desta doença, de acordo com dados do Consórcio Antiferrugem.

Considerando a agressividade e a capacidade de adaptação do agente causador da ferrugem asiática da soja, há uma clara necessidade de discussão de políticas públicas de defesa sanitária vegetal. E é com base nesse cenário que a Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef) – entidade que congrega as indústrias que atuam em pesquisa e desenvolvimento de defensivos agrícolas no País – manifesta sua preocupação quanto à necessidade de reforçar a adoção de medidas mais eficazes de manutenção da sanidade vegetal.

Entre as medidas de ação e as recomendações, em consonância com as indicações da pesquisa em Ciências Agronômicas, os preceitos da extensão rural e das boas práticas agrícolas destacam alguns pontos importantes: a ampliação do período de vazio sanitário, com maiores incentivos a medidas de prevenção de infestações, como o manejo da soja voluntária em campos de produção, estradas e carreadores; a recuperação e o incentivo à adoção do Manejo Integrado de Pragas (MIP); e uma maior agilidade governamental na análise de pleitos de registro e extensões de uso de produtos registrados para outras culturas, especialmente de produtos contendo novos ingredientes ativos, para evitar o surgimento de focos de resistência a campo e preservar as alternativas atualmente viáveis.

Dada a importância da cultura de soja no agronegócio e na balança comercial brasileira, fica claro que tais medidas devem ser encaradas como medidas de segurança nacional, justificando esforços de todos os envolvidos na cadeia de produção.

As indústrias representadas pela Andef continuarão sua tarefa de oferecer tecnologias que auxiliem o agricultor – o grande responsável pela sustentabilidade econômica que o agronegócio tem possibilitado ao País – no desafio de produzir alimentos e suprir as demandas crescentes à produção agrícola. ■

DIÁRIO DE BORDO

OUTRO PAPEL GLOBAL

ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro), embaixador especial da FAO para as Cooperativas e presidente do LIDE Agronegócios

A CRISE da carne, embora artificializada em parte por causa da forma como foi trombeteada, causou grande estrago para o País, especialmente quanto à avaliação internacional dos nossos mecanismos de controle sanitário, mas também gerou enormes prejuízos às cadeias produtivas de gado bovino, aves e suínos, além dos cereais que compõem as rações para estes animais todos. Os preços caíram, a exportação arrefeceu, e, por isso, a produção diminuiu, os empregos sumiram, a renda despencou, exatamente em um ano de safras agrícolas recordes e em que se esperava ampliação dos mercados mundiais para a boa e sustentável carne brasileira.

Com rapidez e eficiência, o Governo e as entidades de representação desses setores mobilizaram-se para reduzir o prejuízo, cujo tamanho ainda está para ser calculado, mas que ficará em grande parte nas costas do produtor. Tudo muito ruim, especialmente porque os países que conosco concorrem no comércio mundial de carnes vivem à espreita de algum "escorregão" que lhes oportunize questionar e/ou reduzir nossa competitividade reconhecida.



Mas, esse embaraço comercial abre espaço para uma questão muito mais ampla.

Trata-se de visitar discussões sobre a própria ordem mundial como está hoje estabelecida e, com alguma frequência, contestada. Suas regras e instituições estão em cheque. Organizações como a Organização da Nações Unidas (ONU), a Organização Mundial do Comércio (OMC), a Organização Mundial da Saúde (OMS) e outras são questionadas. A ONU, por exemplo, deve garantir a paz universal; claramente, não tem conseguido. A OMC, comandada pelo competente embaixador Roberto Azevêdo, assiste ao crescimento do número de acordos bilaterais fora de suas normas.

Cidadãos do mundo todo contestam a própria globalização, questionando quem ganhou e quem perdeu com ela, com a impressão generalizada de que foram beneficiadas as grandes empresas em detrimento dos cidadãos comuns.

Até mesmo a democracia liberal tem sido criticada, bem como suas estruturas partidárias e formas de governança. Há um crescente desejo de maior participação da sociedade nesta governança, seja no interior dos países, seja nos grandes blocos econômicos, e o Brexit é exemplo disso. Tudo muito confuso, gerando insegurança e incerteza. E a ausência de líderes capazes de ditar rumos abre espaço para terrorismo, tráfico de drogas e de armas, migrações de alto risco e radicalismo de toda ordem. A própria comunicação via redes sociais muda cenários muito rapidamente, inclusive criando e destruindo ídolos e mitos, muitas vezes com mentiras assombrosas.

E é nesse cenário nebuloso que está inserida a selvagem disputa por mercados, em que concorrentes se atacam mutuamente em busca de novos clientes. E "acidentes" como o da operação Carne Fraca são a "delícia" dos competidores que não competem em condições normais.

Nesse desolador palco global, o Brasil pode ganhar uma nova posição de destaque, o que também servirá para reduzir o efeito de crises semiartificiais como essa. E essa posição será alcançada a partir de uma constatação óbvia: independentemente de crises de qualquer tipo, as pessoas precisam comer. E nenhum país do mundo tem as condições que nós temos de aumentar sustentavelmente a produção rural. Basta montar a estratégia para tanto, sobretudo eliminando riscos desnecessários, e estamos caminhando nessa direção. ■

PRODUZIR

FUNRURAL: ESCLARECIMENTOS SOBRE O JULGAMENTO DO STF

MARCELO GUARITÁ B. BENTO
MANUEL EDUARDO C. M. BORGES
Advogados da Sociedade Rural Brasileira (SRB) no RE nº 718.874/RS e sócios do escritório Peluso, Stüpp e Guaritá Advogados

"É CONSTITUCIONAL, formal e materialmente, a contribuição social do empregador rural pessoa física, instituída pela Lei 10.256/2001, incidente sobre a receita bruta obtida com a comercialização de sua produção". A decisão foi tomada no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) nº 718.874/RS e fixada pelo plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) no último dia 30 de março, pelo apertado placar de 6 x 5 votos.

O julgamento surpreendeu por contrariar a trajetória da jurisprudência e os precedentes do próprio STF. Por ter sido proferido em sede de repercussão geral, impactará milhares de ações judiciais que tramitam sobre o assunto – cuja grande maioria já afastava a exigibilidade da exação –, caso não haja recuo dos ministros da Suprema Corte.

Em dois momentos anteriores, o mesmo Tribunal declarou a inconstitucionalidade da legislação que rege a mesma contribuição: (i) por meio do RE nº 363.852/MG, interposto por adquirente da produção obrigado a efetuar retenção da contribuição (Frigorífico Mataboi), foram atingidos os artigos 12, V e VII, 25, I e II, e 30, IV, da Lei nº 8.212/91, com redação dada pelas Leis nº 8.540/92 e nº 9.528/97; e (ii) em sede de repercussão geral (RE nº 596.177/RS), ratificou-se a inconstitucionalidade do art. 25, I e II, da Lei nº 8.212/91, e se reiterou a necessidade da instituição da contribuição por lei complementar, o que nunca ocorreu.

Nesse cenário, o STF realizou nova análise, também em sede de repercussão geral (RE nº 718.874/RS), e considerou a edição da Lei nº 10.256/01, norma não abordada nos julgamentos anteriores e que alterou parte do *caput* do art. 25 da Lei nº 8.212/91 para expressar que o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) era contribuição substitutiva à patronal incidente sobre a folha. Aqui, ressalva-se que a Lei nº 10.256/01 tomou emprestada a redação dos inconstitucionais incisos I e II do mesmo artigo, sem mínima alteração, os quais dispõem da base de cálculo e alíquotas da maculada contribuição.

Ou seja, apesar da edição da Lei nº 10.256/01, pouco havia mudado no ordenamento jurídico atingido pela declaração de inconstitucionalidade anterior. Esse era o entendimento predominante no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), que abrange a maior parte das áreas rurais do País.

No entanto, o STF entendeu que essa Lei teria instituído por completo nova contribuição do FUNRURAL para os empregadores rurais pessoas físicas e a considerou constitucional desde então. É o fiel retrato da insegurança jurídica no Brasil atual. E, ainda, além da contribuição não recolhida durante o trâmite processual ou não atingida pelo prazo decadencial, a correção dá-se pela taxa Selic, podendo sobrar a sucumbência para os produtores que ingressaram com ações ordinárias.

Representantes de várias associações do setor já coordenam medidas jurídicas (perante o STF, com provável pedido de modulação de feitos) e políticas (solução legislativa), para resguardar os contribuintes ou atenuar as consequências do julgamento.

Luta-se, ainda, para alterar o cenário. Os empregadores rurais que possuem decisão judicial de suspensão do FUNRURAL devem aguardar as novas decisões em seus respectivos processos, e se recomenda a provisão dos valores pertinentes. Aqueles sem decisão vigente devem continuar recolhendo a contribuição ou exigir o comprovante de retenção das empresas adquirentes. ■



OPINIÃO

CANA: AÇÚCAR, ETANOL, ENERGIA E RENDA

ARNALDO JARDIM

Deputado federal licenciado (PPS-SP) e secretário de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo

OS DADOS finais da safra 2016/17 para a região Centro-Sul do Brasil mostram que a quantidade de cana-de-açúcar processada na região somou 607,14 milhões de toneladas, 1,71% inferior à registrada na safra 2015/16. Com as condições climáticas um pouco mais favoráveis à maturação, a quantidade total de produto disponível atingiu 80,77 milhões de toneladas de Açúcares Totais Recuperáveis (ATR) na safra 2016/17, com aumento de 0,19% ante aos 80,61 milhões de toneladas verificados na safra anterior.

Esses números, divulgados recentemente pela União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA), traduzem uma estabilização das áreas cultivadas com a cultura na região. A produção acumulada de açúcar entre 1º de abril de 2016 e 16 de março de 2017 atingiu 35,36 milhões de toneladas, enquanto o etanol teve volume fabricado até 16 de março de 25,32 bilhões de litros, com 10,57 bilhões de litros de anidro e 14,74 bilhões de hidratado.



As previsões para a safra 2017/18 indicam aumento do volume colhido (menos de 1% em relação ao do ano anterior). No entanto, há expectativa em relação à distribuição de chuvas de abril a julho, determinantes para confirmar as previsões. A ausência completa de precipitações neste período comprometeria o ganho de biomassa dos canaviais de primeiro ciclo – já prejudicados por veranicos ocorridos em março no estado – e, principalmente, dos canaviais colhidos no fim da safra de 2016, após setembro.

A safra começa com vigor. As vendas de etanol pelas unidades produtoras da região Centro-Sul alcançaram 1 bilhão de litros na primeira quinzena de março, sendo 47,89 milhões de litros destinados à exportação e 954,49 milhões de litros ao mercado interno.

Quais são, então, os desafios atuais? Primeiro, aumentar a produtividade agrícola. Precisamos, urgentemente, atingir os canaviais de três dígitos, na média dos cinco primeiros cortes (TCH5), superiores a 100 toneladas por hectare. A maioria das novas cultivares traz esse conceito de maior população, atingindo com facilidade a quantidade de 80 a 110 mil colmos por hectare.

A pesquisa do Centro de Cana do Instituto Agronômico (IAC) está atenta a esses conceitos e é a grande responsável por essa mudança de paradigma. Este trabalho iniciou-se a partir da década de 90 do século passado, com a desconstrução de conceitos antigos.

É fundamental, também, que as novas fitotecnologias acompanhem uma ação mais dinâmica do setor de equipamentos agrícolas, no desenvolvimento de implementos mais adequados aos novos modelos de produção. Outro aspecto relevante está relacionado ao aumento da eficácia industrial e à ampliação do uso da vinhaça e da oportunidade do biogás.

No governo do estado de São Paulo, temos orgulho dos indicadores do nosso Centro de Cana e vamos fortalecê-lo. Vamos implantar a resolução "Recomendações de Práticas Conservacionistas para a Cultura da Cana-de-Açúcar", reforçar a parceria com a Organização de Plantadores de Cana da Região Centro-Sul do Brasil (ORPLANA) e associações de fornecedores e aperfeiçoar o Protocolo Agroambiental do Setor Sucroenergético Paulista com a UNICA e várias outras entidades, para vencermos mais esse desafio.

Enfim, teremos uma boa safra. Será a oportunidade de demonstrar, mais uma vez, a vitalidade e a complexidade desta virtuosa cadeia produtiva, a de cana-de-açúcar! ■

REFLEXÃO

O BRASIL E OS LIMITES GLOBAIS DOS RECURSOS NATURAIS

LUIZ CARLOS CORRÊA CARVALHO
Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

A natureza não nos permitiu conhecer o limite das coisas.
Marco Túlio Cícero, pensador romano

A DISCUSSÃO sobre os limites físicos do planeta Terra e os seus impactos para a humanidade é tema relevante e sempre lembrado desde a formulação por Malthus, em sua teoria sobre o crescimento populacional, de que seria impossível o atendimento das demandas futuras de alimentos pelos recursos naturais limitados.

Os ganhos de produtividade, nas revoluções da agricultura, alongaram as perspectivas malthusianas e mostraram a força da inovação. Com o conceito fundamental e relativamente recente de desenvolvimento sustentável, assegurar a segurança alimentar global pressupõe garantir a biodiversidade agrícola, a paz e a qualidade de vida das populações.

A análise do que se passa agora é apresentada por instituições internacionais de renome. A organização não governamental (ONG) World Wildlife Fund (WWF) alerta para a duplicação da pegada ecológica da humanidade, que, de 1966 a 2007, excedeu a biocapacidade do sistema terrestre em mais de 50%. Em 2010, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) deu uma dimensão dramática sobre essa questão no relatório "The State of Food Insecurity in the World". Este documento, é claro, trata dos limites do Planeta e do desperdício dos alimentos.

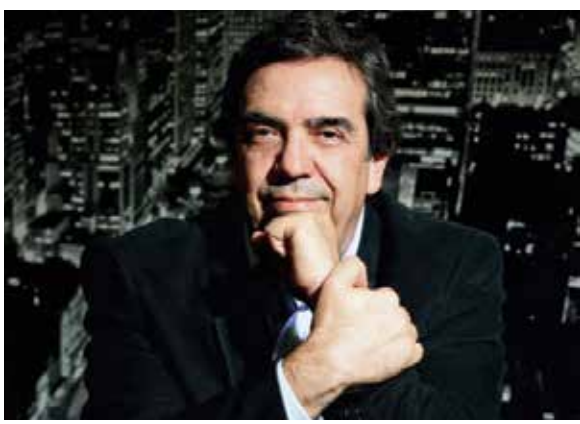
No caso da agricultura global, a resposta da produtividade veio com a irrigação, a mecanização agrícola, a utilização das variedades obtidas no trabalho genético, o uso dos fertilizantes e o emprego dos produtos químicos contra pragas e doenças. No caso do mundo tropical, a integração das áreas antes consideradas não agrícolas, como os cerrados brasileiros, foi fundamental às respostas de aumento da oferta de alimentos e energia renovável de biomassa.

É interessante lembrar que, em 1972, o Clube de Roma já havia produzido um relatório chamado "The Limits to Growth", com projeções sobre as dificuldades que teria a humanidade "nos próximos cem anos", ou seja, até 2072. Independentemente das críticas a isso – inclusive minhas –, é relevante citar a National Academy of Sciences (dos EUA), que, em sua publicação de 2002, revelou que a capacidade da biosfera de suportar a procura humana por serviços dos seus ecossistemas havia sido excedida.

Sem dúvida, o mercado e as inovações tecnológicas resolverão boa parte dos problemas futuros por meio de preço e produtividade. Isso revela a face das ameaças, mas escancara as oportunidades ao Brasil. E é disso que se trata a questão geopolítica no tocante a sofrer pressão real dos limites do Planeta.

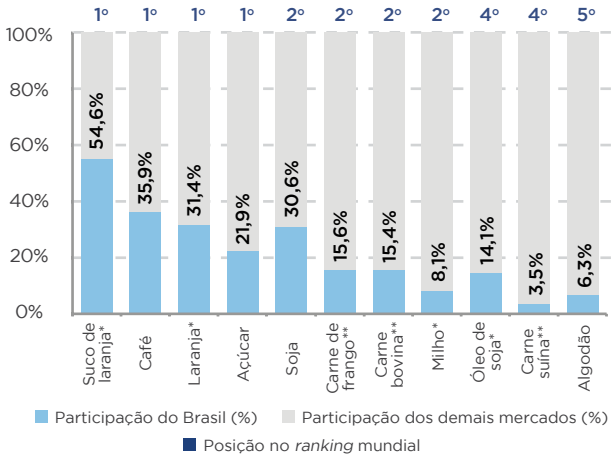
Queimarão a boca ou a caneta aqueles que insistem em citar como um dos pontos fracos do Brasil a exportação de *commodities*. Nossa riqueza está nisso e na luta para reverter as dificuldades que os países impõem ao Brasil via taxação para que exporte produtos sem maior valor agregado.

Esse tema, em boa parte, será equilibrado em torno do debate interno sobre a redução do custo de infraestrutura e burocracia, assim como sobre a abertura dos mercados externos, de que tanto dependem países como o Brasil e os outros do Cone Sul. ■



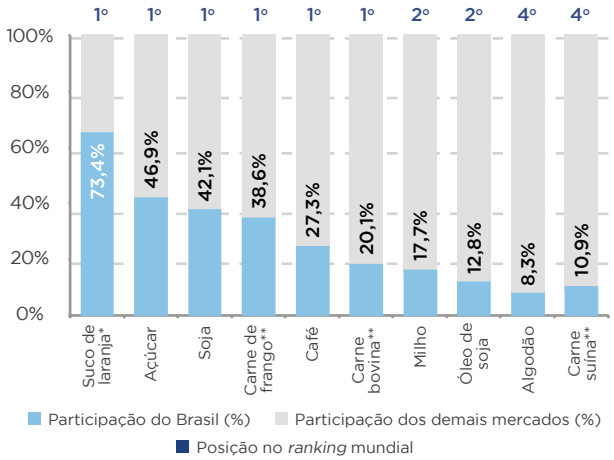
PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO PRODUTOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2016/17



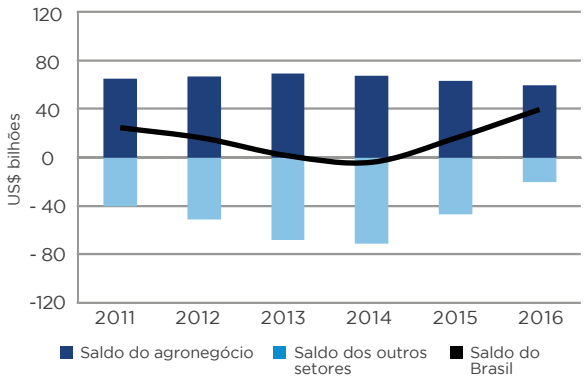
* 2015/16; ** 2017
Fonte: USDA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO EXPORTADOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2016/17



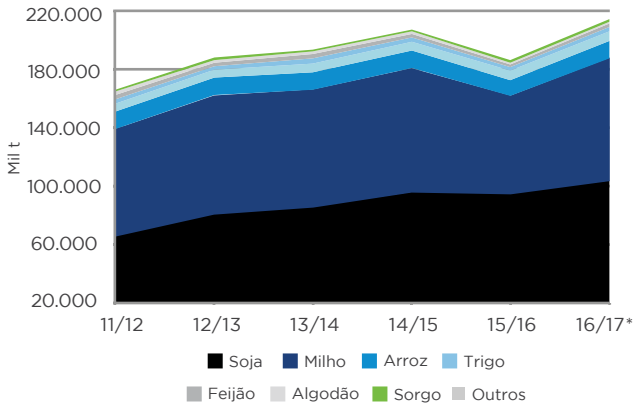
* 2015/16; ** 2017
Fonte: USDA; CNA

BRASIL: EVOLUÇÃO DO SALDO DA BALANÇA COMERCIAL



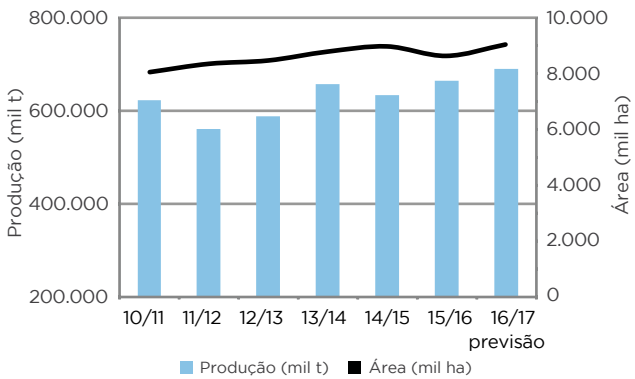
Fonte: SECEX

BRASIL: PRODUÇÃO DE GRÃOS, POR PRODUTO



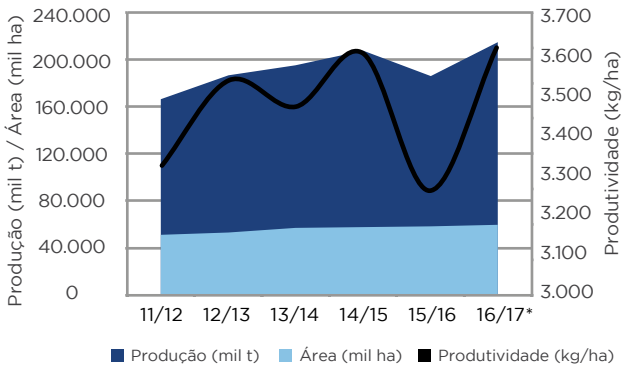
* Previsão
Fonte: Conab

BRASIL: ÁREA E PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR



Fonte: UNICA; Conab

BRASIL: ÁREA PLANTADA COM GRÃOS, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE



* Previsão
Fonte: Conab